



Política
Alunos e professores da UFSC terminam o ano de 2008 com novas diretorias
 página 7



Laura Daudén

Saúde
Famílias investem tempo em tratamento alternativo para o autismo
 página 10



DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

ZERO

FLORIANÓPOLIS, DEZEMBRO DE 2008 - CURSO DE JORNALISMO ANO XXVI, NÚMERO 3

Em onze anos, Bacia do Itacorubi registra 476 embargos de obras e 55 demolições

Na vigência do atual Plano Diretor, área concentra irregularidades mesmo após 37 mudanças de zoneamento

A região que inclui os bairros da Trindade, Córrego Grande, Itacorubi, Saco Grande e parte da Agrônômica, João Paulo e Pantanal vem cres-

cendo à revelia do planejamento urbano. Empreendimentos como o shopping Iguatemi só foram possíveis com alterações no zoneamento — dire-

triz que determina o que pode ser construído em cada área. A população da região aguarda há um ano pela aprovação do Defeso da Bacia do Itaco-

rubi, que proíbe essas grandes construções até que seja finalizado o Plano Diretor Participativo.

páginas 8 e 9



Dael Limaco

Meio Ambiente
Projeto Família Casca encerra atividades por falta de investimentos

Empresas negaram apoio à iniciativa, que reciclou aproximadamente 168 toneladas de lixo orgânico em dois anos.

página 5

Esporte

Daniela Cucolicchio



Quatro atletas catarinenses de Kendo se preparam para campeonato mundial

página 11

Encarte Especial

Um outro olhar

Aspectos da vida urbana retratados por seis comunidades da capital

O UNIVERSITÁRIO e o Work-experience

Na temporada passada, a estudante de Design Natália Cardoso foi assistente de garçom e recepcionista em Aspen. No Brasil, nunca trabalhou com isso



Carolina Moura

- Quase mil universitários de Florianópolis vão passar esse verão (para eles, inverno) trabalhando nos Estados Unidos

- Para participar do *work experience* é preciso ter entre 18 e 28 anos, estar matriculado na graduação ou pós e ter um nível intermediário de inglês

- As estações de esqui são os destinos mais procurados, especialmente Aspen, no Colorado. Também são populares os estados de Utah, Califórnia, Nevada (onde fica Las Vegas) e Flórida

- Hotéis, resorts, estações de esqui, lojas e restaurantes oferecem vagas. Há funções disponíveis como vendedor, recepcionista, garçom, camareira e operador de teleférico

- Os estudantes trabalham de 30 a 40 horas por semana e recebem de US\$ 6 a US\$12 a hora – fora gorjetas

- Essa não é a melhor opção para quem quer aprender inglês. Como é procurado principalmente por latino-americanos, os participantes convivem muito com a língua portuguesa e espanhola

- O custo do programa é de até 3 mil reais, sem incluir passagens, taxas de visto, acomodação e gastos com alimentação e transporte

CARTAS

Comentários, críticas e sugestões podem ser enviadas para zero@cce.ufsc.br

Gostaria de parabenizar a equipe pelo Jornal, que é, de longe, um novo conceito de jornal-laboratório, que aprofunda as pautas e dá a importância devida aos textos. Descobri o Zero em 2007 e desde então tenho acompanhado o trabalho da equipe.

Fábio França, estudante de Jornalismo na Universidade de Taubaté (UNITAU)

Recentemente, conheci o jornal laboratório através do Blog do Zero. Também sou estudante de Comunicação e achei fascinante o trabalho realizado pelos alunos do curso de jornalismo da UFSC. Gostaria de parabenizar a equipe pelo profissionalismo com que desempenham suas funções.

Juliana Karpinski, estudante de Jornalismo na Universidade Federal do Paraná (UFPR)

EDITORIAL

Prevenir para remediar

Os dados da enchente que assolou Santa Catarina assustam, mas pior que as estatísticas é saber que, se não evitados, esses números poderiam ter sido ao menos reduzidos, através de um planejamento urbano responsável.

Alexandre Garcia enfatizou no jornal Bom Dia Brasil, do dia 03 de dezembro, a necessidade de priorizar o profissionalismo em detrimento do amadorismo na política catarinense. O jornalista usou o exemplo de Brusque, vizinha de Itajaí e Gaspar, duas das cidades mais atingidas, que, após uma enchente devastadora em 1984, solucionou o problema construindo um canal extravasador para escoar o excedente do rio Itajaí-Mirim. Apesar da localização, o município suportou o que muitos acreditam ter sido um grande "desastre natural".

Para além dos quase 550 milímetros de chuvas que caíram em Santa Catarina no mês de novembro, a amplitude da catástrofe está relacionada diretamente à falta de políticas de planejamento urbano. É nesse ponto que entra o Plano Diretor (PD), criado para definir regras que permitam o desenvolvimento sustentável dos municípios.

Previsto pela Constituição, o PD, quando

respeitado, evita o crescimento desordenado das cidades. As prefeituras precisam definir as áreas onde cada tipo de construção é permitida e onde nenhuma obra pode ser realizada. Caso não seja respeitado, deve-se embargar e demolir as construções irregulares.

O que não é aceitável são modificações na lei em função de interesses particulares. Em

Para além dos quase 550mm de chuvas, a amplitude da catástrofe está relacionada à falta de políticas públicas

23 anos de existência, o PD de Florianópolis, por exemplo, já foi alterado 368 vezes. Diante da ausência de um planejamento urbano coerente, não se pode culpar a natureza.

Santa Catarina já sofreu com piores enchentes nas décadas de 1970 e 1980, quando ainda não se atribuía ao aquecimento global a culpa por parte das nossas mazelas. É ingenuidade, portanto, atribuir a responsabilidade da catástrofe somente aos fenômenos naturais. Já está mais do que na hora de fazer do planejamento urbano uma prática, para além das promessas de campanha que se repetem a cada quatro anos. Em 2009, começam novos mandatos. Que venham novas práticas, novas ações e menos irresponsabilidade.

genuidade, portanto, atribuir a responsabilidade da catástrofe somente aos fenômenos naturais. Já está mais do que na hora de fazer do planejamento urbano uma prática, para além das promessas de campanha que se repetem a cada quatro anos. Em 2009, começam novos mandatos. Que venham novas práticas, novas ações e menos irresponsabilidade.

CHARGE



Sobre o chargista

Alexandre Tcheto tem 25 anos e cursa a primeira fase de Design na UFSC. Para entrar em contato com o autor, escreva para tcheto@gmail.com.

ERRATAS

1. O novo acesso do aeroporto Hercílio Luz não foi escolhido com base no EIA-RIMA, como publicado na matéria "Projeto aprovado de estrada para aeroporto protege reserva Pirajubá", da edição passada. A decisão foi tomada em reunião organizada pelo Ministério Público em setembro com o objetivo de obter a Licença Ambiental de Instalação (LAI). Além disso, o EIA-RIMA não foi elaborado pela Fatma, mas pela empresa responsável pelo empreendimento.

2. O professor Cesar Floriano dos Santos faz parte do corpo docente do Mestrado em Urbanismo, História e Arquitetura das Cidades. Não existe Mestrado em Gestão de Arte Pública, na UFSC.

ZERO

JORNAL LABORATÓRIO ZERO

Ano XXVI - Nº 3 - Dezembro de 2008
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC
Fechamento: 04 de dezembro

Curso de Jornalismo - CCE - UFSC - Trindade
Florianópolis - CEP 88040-900
Tel.: (48)3721-6599/ 3721-9490
Site: www.zero.ufsc.br
E-mail: zero@cce.ufsc.br

REDAÇÃO Adriana Seguro, Bárbara Dal Fabbro, Celso Rondon Filho, Córa Ribeiro, Esther da Veiga, Felipe Santana, Fernanda Dutra, Giovana Suzir, Iana Dias, Juliana Sakae, Laura Daudén, Luísa Frey, Manuela Franceschini, Marina Ferraz, Thayse Madella, Thiago Bora
EDIÇÃO Capa e Opinião Carolina Moura
Entrevista Felipe Santana
Cultura Felipe Santana, Juliana Sakae, Rafaela Mattevi
Economia e Política Marina Veshagem
C&T e Educação Matheus Joffre
Especial Bárbara Dal Fabbro
Saúde e Esporte Daniela Cucolicchio
Contracapa Annelize Conti
Imagem Juliana Sakae
FOTOGRAFIA Carolina Moura, Daniela Cucolicchio, Juliana Sakae, Laura Daudén, Thiago Bora
EDITORAÇÃO Adriana Seguro, Bárbara Dal Fabbro, Carolina Moura, Daiana Meller, Daniela Cucolicchio, Felipe Santana, Fernanda Dutra, Iana Dias, Italo Mendonça, Juliana Sakae, Luísa Frey, Marcelo Andreguetti, Marina Veshagem, Marina Ferraz, Matheus Joffre
INFOGRAFIA Italo Mendonça
PROFESSOR-COORDENADOR Taitiana Teixeira DRT-BA 1766
COORDENAÇÃO GRÁFICA Lucio Baggio DRT-SC 01084 JP
MONITORIA Amanda Busato e Annelize Conti
IMPRESSÃO Grafimorte
CIRCULAÇÃO Nacional
DISTRIBUIÇÃO Gratuita
TIRAGEM 5.000 exemplares

★★★★★ ★ ★

Melhor Peça Gráfica I, II, III, IV, V e XI Set Universitário / PLIC-RS (1988, 89, 90, 91, 92 e 98)
Melhor Jornal-Laboratório no I Prêmio Foca Sindicato dos Jornalistas de SC 2000
3º melhor Jornal-Laboratório do Brasil EXPOCOM 1994

Foto: Laura Daudén



Sônia Weidner Maluf, gaúcha, é bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq (nível 2). Fez doutorado em Antropologia Social e Etnologia pela Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais, na França, em 1996

Natal em todo tipo de família

Quando chorou na manjedoura, Jesus Cristo eternizou no imaginário ocidental um modelo familiar que se reproduz todo 25 de dezembro. Maria, José e Jesus é a estrutura legitimada cultural e politicamente. Para Sônia Maluf, antropóloga e professora do Departamento de Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina, essa idéia é “culturalmente limitada”. Pesquisadora do feminismo, movimento que questiona a hierarquia sexual, Maluf acredita que esta é a questão dramática na estrutura familiar: a família burguesa é constituída em caráter hierárquico, apesar de vivermos numa sociedade supostamente igualitária. Em entrevista ao **Zero**, Maluf mostra que nem toda família nasce onde cai uma estrela. Feliz Natal.

Zero - Qual o principal propósito da família?

Maluf - A idéia que a gente tem de família universal – pai, mãe e filhos – é uma idéia culturalmente limitada. Essa é a família nuclear burguesa pós-século XIX. O conceito diverge tanto historicamente, quanto em diferentes sociedades, quanto em diferentes culturas dentro da nossa sociedade.

A família é uma forma de organização social. O mais importante, além dos laços internos, é a relação dessa instituição com a sociedade mais ampla e com as outras famílias.

Elas se organizam de duas formas: a primeira forma, histórica, é o estabelecimento de laços com outras famílias – alianças de casamento, de apoio, de solidariedade. A segunda forma, muito específica da nossa cultura moderna, é a fabricação de indivíduos que vão estar num mundo produtivo.

Essa é a condição dramática da família: há uma estrutura hierárquica em que as relações internas se dão a partir de papéis – mãe e pai, irmão, irmã, neto, sobrinho, tio – mas que tem a função de fabricar indivíduos para uma sociedade que, teoricamente, é igualitária, e não hierárquica.

Há certa rigidez na tradição do que é família. Em que momentos somos confrontados com isso?

Um pressuposto da Antropologia é admitir que exista uma variedade imensa de modelos de família. Mas o que a gente vê na sociedade em que vivemos é que algumas concepções do século XIX – aquela nuclear, de pai, mãe e filhos – ainda mantêm uma hegemonia. Isso é tanto cultural quanto oficial. Cultural porque essa é a idéia que as pessoas têm, mesmo elas próprias vivendo outras estruturas. Oficial porque as próprias leis e o Estado acabam amparando um modelo hegemônico de família.

Como o Estado interfere na conservação da família tradicional?

Há vários impedimentos legais e formais que barram o reconhecimento e a institucionalização de outras formas de família. Por exemplo, até 1977, quando foi aprovado o divórcio no Brasil, havia uma restrição: quem tinha casado até aquele momento legalmente e se separava não poderia casar de novo. Esse é um exemplo de impedimento jurídico que foi derrubado por uma mudança na Constituição. Mas há outros, como o não-reconhecimento do casamento ou da união civil entre parceiros do mesmo sexo.

Há também um conjunto de dispositivos criados para impedir que, mesmo havendo casamentos homossexuais, essa união se torne uma

família. Separa-se conjugalidade de família, impedindo a adoção compartilhada. Um casal de duas mulheres não pode fazer um cadastro de adoção. Pode até tentar, mas é difícil conseguir a guarda conjunta. Só em casos muito pontuais, no Brasil.

Outras famílias também não reconhecem formas familiares que fujam do princípio burguês?

Quando uma família convive com outras famílias ou com indivíduos que vivem essa experiência há reconhecimento e formalização dessas relações. Há várias famílias de duas mães com filhos que convivem e chamam essas mães de mães, cujos avós reconhecem essas mães como mães. O que se vê na experiência social, independente do Estado, de leis, do sistema judiciário, é que isso é um fato consumado, uma realidade dada.

A lei pode oficializar ou não uma coisa, mas não pode diluir uma realidade. Mesmo que não reconheça o casamento gay, a família homoafetiva, a paternidade ou maternidade gay, tudo isso existe. A lei não tem força para impedir as pessoas de continuarem a fazer isso. Há flexibilidade na forma de a família se organizar no Brasil que não é reconhecida pela lei. Mais do que pensar em família como uma entidade, a gente tem que pensar em pessoas que se relacionam das mais diversas formas.

Podemos pensar família como o núcleo fundamental de relação e cuidado no que diz respeito a experiências que são quase que fundamentais no humano – a experiência de nascimento e morte. Se uma pessoa está no hospital, em coma, e alguém tem que ficar com ela, quem vai ter o direito reconhecido de fazer isso é a família legal. Agora, se o parceiro vive há 15 anos com esse cara, mas não tem nenhum documento que comprove a união, não vai receber autorização para isso sem chamar a família biológica do companheiro. Então, há situações vetadas pelo não-reconhecimento dessas famílias que são dramáticas para os sujeitos. O sentido da lei é aparar as pessoas na sua vida cotidiana, nas suas relações, e o que a lei faz nessas horas é penalizar.

Um casal sem filhos é só um casal ou é uma família?

Essa é uma questão. O que eu vejo é um

movimento para admitir o casamento gay, mas controlar a família. Não se admite esse tipo de relação na família. Então a família é vista como um modo de reprodução social: quem vai criar os filhos, qual o modelo que vão seguir e uma série de outras coisas.

É engraçado que numa série de discursos, tanto jurídicos como no plano da assistência social, do Estado, eles utilizam um conceito que para a Antropologia é completamente inútil: família desestruturada. Muitas situações sociais, como violência, narcotráfico, suicídio entre

jovens, são explicadas por esses órgãos governamentais e até por alguns pesquisadores com a idéia de que são pessoas que vêm de famílias desestruturadas. Mas o que é isso? “Ah, uma família que não tem a figura do pai”, eles dizem. Bom, isso não é uma família desestruturada, é uma família que tem outra estrutura, centrada na figura da mãe. E essa estrutura centrada na figura da mãe não é nova, pelo menos em classes populares temos isso desde o século XIX, XVIII. Então, o conceito de família estruturada está muito ligado a uma idéia de família, como falei no começo, de um modelo hegemônico. Mas não

corresponde à prática social da população. A população não vive um modelo de família, ela vive relações sociais das mais diversas e possíveis.

Muitos acusam o individualismo de ser o mal contemporâneo, inclusive a causa crise da família. Você acha isso está diminuindo com essa busca por novas formas de relacionamento?

A grande aposta do capitalismo tardio é no indivíduo como grande consumidor e produtor. Hoje proliferam produtos, espaços, situações, em que o indivíduo não precisa se relacionar. Ele pode passar uma vida inteira sozinho. Isso é uma demanda e uma pressão do mundo que a gente vive no sentido do consumo, do fetichismo do consumo.

Apesar disso as pessoas continuam buscando relações sociais, mesmo no espaço de ficar sozinho. Na internet, por exemplo, as pessoas vão procurar alguém para conversar, entrar num chat. Ou seja, esse espaço que seria solitário está sendo mudado pelas pessoas, elas estão construindo ali territórios de sociabilidade.

Entrar em relação hoje é, de alguma maneira, romper com aquilo que a sociedade capitalista pede da gente.

“Um modelo hegemônico de relacionamento não corresponde à prática social. A população vive relações sociais das mais diversas possíveis”



O uso de agrotóxicos e fertilizantes é a segunda causa de contaminação da água no país, o que pode causar doenças como alergias e câncer, de acordo com pesquisa divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no início de 2005

Petrobras e Weg são excluídas do ISE

O Índice de Sustentabilidade Empresarial, referência para quem aplica na Bolsa, foi divulgado no fim de novembro

A Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBovespa) divulgou, na última terça-feira de novembro (25), a nova carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), que tem vigência no período entre 1º de dezembro de 2008 e 30 de novembro de 2009. As principais alterações foram a retirada de grandes empresas como a Petrobras e a Aracruz, consideradas tradicionais, e a inclusão da prestadora de serviços de telefonia TIM. Dentre as catarinenses, a Weg, de Jaraguá do Sul, não faz mais parte do índice, enquanto a Celesc retornou à carteira depois de um ano fora. O índice é o referencial mais importante do Brasil sobre responsabilidade social e ambiental das empresas.

Em nota à imprensa, a Petrobras anunciou que pediu ao Conselho Deliberativo do ISE uma justificativa para a não-manutenção da empresa no índice. Até o fechamento desta edição do **ZERO**, não houve resposta do Conselho sobre a decisão, e a assessoria da BM&FBovespa se recusa a divulgar qualquer informação até que o Boletim de Desempenho seja divulgado – a publicação está prevista para meados de dezembro. Movimentos ambientais como o Greenpeace atribuíram a exclusão da petrolífera à denúncia de irregularidade no óleo diesel produzido pela empresa. Segundo denúncia do movimento, o teor de enxofre do óleo produzido pela Petrobras estaria acima do regulamentado pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), mas a empresa alega que não está ferindo nenhuma lei e que está seguindo o cronograma de redução de poluentes.

A Weg, que integrava a carteira 2007/2008, não se inscreveu para obter a certificação neste ano e foi automaticamente retirada da lista. A empresa não publicou nenhum esclarecimento sobre o assunto e apenas alega, por telefone, não ter interesse em permanecer no grupo. A única ingressante catarinense deste ano foi a Celesc, que diz não ter nenhum critério específico que a tenha desclassificado do índice no ano passado, embora o desempenho geral abaixo da média tenha prejudicado a empresa na avaliação do Conselho do ISE. Para este ano não foram necessárias mudanças nos processos e nos projetos realizados, apenas um esforço maior em organizar a documentação necessária para as áreas diretamente ligadas ao ISE, como a ambiental, um dos principais focos de análise na avaliação.

Sobre o ISE

O Índice de Sustentabilidade Empresarial é um indicador de desempenho, assim como outros calculados pela bolsa de valores. A diferença é que só podem fazer parte desse índice as empresas que adotam práticas consideradas sustentáveis, como a redução da emissão de gases poluentes, minimização dos impactos ambientais de suas atividades. Criado em 2005, é a versão brasileira do Índice Dow Jones de Sustentabilidade (DJSI, em inglês), que data de 1999. Para determinar o ISE são formulados critérios e estabelecidos parâmetros de desempenho, em parceria com institutos e entidades sociais e ambientais – dentre elas o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) – além de associações de profissionais de investimento. As inscrições para participar da seleção da carteira são abertas todos os anos às 150 companhias detentoras das ações mais negociadas e com maior valor de mercado na BM&FBovespa.

O questionário de avaliação do ISE visa medir a conduta da empresa em relação a seus clientes, fornecedores, colaboradores, à natureza e à sociedade, no que diz respeito ao cumprimento das leis e a participação em políticas públicas. O principal objetivo é tornar as empresas referenciais para quem quer aplicar na bolsa com segurança e consciência ambiental, além de induzir o mercado a boas práticas empresariais. Por isso, qualquer fato comprovado que altere os níveis de sustentabilidade e responsabilidade social de uma empresa pode resultar em exclusão imediata do índice, antes da revisão anual de atualização da carteira.

A entrada no ISE pode ser considerada motivo de festa para as empresas. Na semana em que foi anunciada a nova carteira, as ações da companhia TIM dispararam mais de 20%. A Celesc publicou releitura à imprensa comemorando a conquista e incluiu um depoimento do presidente da companhia, Eduardo Pinho Moreira: "Voltar ao ISE significa que nossas ações estão alinhadas com as melhores práticas na área da sustentabilidade empresarial". São reflexos de que o indicador é bem visto pelas empresas, agências de investimento e até por investidores individuais, que hoje representam mais de 25% do total de capital aplicado, segundo relatório da Bovespa publicado em abril.

Celso Rondon Filho



Antonio Carlos da Silva, pesquisador da Epagri de Urussanga, confere a batata orgânica com até 25% de matéria seca, 10% a mais que a comum

Campanha em SC incentiva produção e consumo de alimentos orgânicos

Há em Santa Catarina duas mil famílias produtoras de orgânicos certificados com o selo de qualidade. São 150 mil toneladas de agroecológicos por ano, que, quando comercializados, movimentam R\$ 30 milhões. O consumo desses produtos aumenta 30% a cada ano, segundo estimativa do Instituto Biodinâmico, uma das instituições certificadoras do Brasil. Os orgânicos são alimentos, animais ou vegetais, obtidos sem a utilização de agrotóxicos ou de hormônios sintéticos que favoreçam seu crescimento. Uma campanha iniciada em outubro de 2008 incentiva agricultores catarinenses a plantarem orgânicos e oferece curso para aprenderem a cultivá-los. Porém, o processo de transição entre o plantio convencional e o orgânico pode durar até três anos, com possível queda de produtividade nas safras.

A campanha é organizada pelo governo do estado, pela Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri) e pela Secretaria de Estado de Agricultura e Desenvolvimento Rural. Paulo Tagliari, membro da coordenação da agricultura orgânica da Secretaria da Agricultura, diz que o setor precisa de mais incentivos fiscais e de regulamentação adequada para despontar como potencial exportador. "O ideal seria que os produtores ficassem isentos de impostos como o ICMS", diz.

No final de 2007, foi aprovado o de-

creto que regulamenta a lei nacional 10.831, de 2003. Além de definir a agricultura agroecológica e os princípios da atividade, a lei dos orgânicos prevê a criação de uma comissão nacional e comissões estaduais de produção. No entanto, ainda existem questões do decreto a serem regulamentadas, como a atribuição ao Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro) a acreditação das certificadoras dos produtos orgânicos. Assim, não haveria uma segunda avaliação dos produtos quando eles chegam ao exterior. "O trânsito de produtos para o exterior seria menos burocrático e o produto brasileiro teria mais credibilidade.", explica Roberto Mattar, da coordenação de Agroecologia, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

O Brasil possui 800 mil hectares cultivados. A Austrália, maior produtora de orgânicos do mundo, tem uma área cultivada de 11,3 milhões de hectares. De acordo com dados da Secretaria de Comércio Exterior, de agosto de 2006 até janeiro de 2007, o Brasil exportou 9,5 mil toneladas de orgânicos, volume que corresponde a US\$ 5,5 milhões. Santa Catarina é o terceiro maior produtor nacional, com crescimento médio de produção de 15% ao ano. No estado, inclusive na capital Florianópolis, os produtos mais comuns são as hortaliças, pois são mais fáceis de produzir.

Não existe nenhum produtor de carne orgânica certificado em SC.

Comercialização

Nas prateleiras dos supermercados, os preços dos agroecológicos ainda são mais caros se comparados aos dos alimentos convencionais. Produtores como Maria Aparecida de Pinho, que tem uma plantação no bairro de Ratoles, em Florianópolis, vende o que planta com um acréscimo médio de 30% em relação ao valor do não orgânico. "É o que técnicos da área e estudiosos aconselham que façamos, por isso nas feiras o aumento é mais ou menos esse também", explica a produtora. Por outro lado, Tagliari explica que "os supermercados aumentam o valor do orgânico muitas vezes acima de 100% do seu preço inicial".

Estudos realizados pela Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo e pela Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios, em 2006, comprovam que o orgânico concentra de 20% a 40% a mais de nutrientes do que os convencionais. No entanto, o mesmo estudo afirma que as evidências não são suficientes para assumir, de forma definitiva, a superioridade do alimento produzido organicamente.

Cora Ribeiro



Lixo de Florianópolis é composto por 46% de resíduo orgânico

A Companhia de Melhoramentos da Capital (COMCAP), empresa que cuida da limpeza de Florianópolis, recolhe, em média, 12 mil toneladas por mês de resíduos sólidos. São cerca de 400 toneladas por dia que no verão sobem para 450 toneladas chegando – no início de janeiro – a atingir picos de 700 toneladas/dia.

De acordo com os dados do último levantamento de caracterização física dos resíduos sólidos – feito em 2002 em parceria da Comcap com a UFSC – 46% do total de resíduos encaminhados ao aterro sanitário são materiais orgânicos passíveis de serem tratados pelo processo de compostagem, e 38% tem potencial para ser reciclado – papel, vidro, metal e plástico. Conclui-se, então, que apenas 16% dos resíduos recolhidos precisaria ser aterrado.

De acordo com o diretor administrativo-financeiro da Comcap, Irineu Theiss, todos os anos a Prefeitura Municipal de Florianópolis aplica R\$ 50 milhões para manter a cidade limpa. O custo com o lixo urbano chega a R\$ 220 por tonelada – em um ano, essa quantia se aproxima de R\$ 32 milhões. O município não tem área licenciada para aterro e o material precisa ser levado para Biguaçu a 46 quilômetros de distância, aumentando os custos com transporte.

Quem financia isso é a população. Todos aqueles que são proprietários de imóveis, ou até mesmo os que apenas alugam, arcam com o pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) a Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos (TCRS), mais conhecida como taxa de lixo, que é calculada de acordo com a frequência da coleta na região. (I.D)

Projeto de compostagem do lixo fecha por falta de recursos

Após fim do financiamento de R\$5.500 mensais durante um ano, obtido como premiação em 2006, iniciativa se manteve com trabalho voluntário até novembro

Em dois anos, o Grupo Família Casca reciclou aproximadamente 168 toneladas de resíduo orgânico, distribuiu 15 toneladas de adubo e coletou 10 mil litros de óleo de fritura. Além disso, realizou um total de 111 oficinas de sensibilização ambiental destinadas a escolas e a comunidade. Em novembro, uma faixa em frente ao Parque Ecológico do Córrego Grande comunicava o encerramento das atividades do projeto por falta de recursos.

O grupo recolhia resíduos orgânicos e óleo de fritura que eram depositados pela comunidade local em um ponto de entrega voluntária, localizado no parque do Córrego Grande. Em parceria com a ONG CEPAGRO (Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo) o óleo de fritura era enviado ao sul da ilha, onde utilizavam-o como biocombustível em barcos, automóveis e máquinas agrícolas adaptados. Já o lixo orgânico era reciclado pelos próprios bolsistas do projeto em uma área do parque cedida pela Fundação Municipal do Meio Ambiente (FLORAM). Através do processo de compostagem (ver infográfico), era transformado em adubo orgânico – disponibilizado gratuitamente à comunidade.

A idéia do projeto teve início em julho de 2005, mas foi quase um ano depois que ele começou a efetivamente funcionar. Em outubro de 2006, a iniciativa foi premiada, como o representante de Santa Catarina, no concurso nacional "Reciclando Numa Boa" promovido pela Dpaschoal, empresa de serviços au-



Voluntário no Grupo Família Casca desde 2006, Maestri luta pela manutenção do projeto

tomotivos. Durante um ano receberam R\$5.500, por mês, para a aquisição de materiais e para manter nove estagiários. Na época, eles trabalhavam todos os dias de manhã e à tarde, reciclando aproximadamente 15 toneladas de lixo orgânico por mês.

Com o fim da parceria, o Família Casca conseguiu se manter, com a poupança que haviam feito, até março deste ano. Desde então, com apenas cinco voluntários trabalhando na compostagem, o grupo teve que reduzir a carga horária para quatro horas semanais e passou a reciclar sete toneladas de resíduos por mês, menos da metade do que fazia antes.

"O nosso principal objetivo era servir de modelo para que cada bairro tivesse sua área verde e fizesse a com-

postagem", conta Júlio Maestri, estudante de Agronomia na UFSC e atuante no projeto desde 2006. O grupo decidiu por encerrar as atividades, mas não desistir. "No momento a nossa maior preocupação é que o Família Casca não acabe", complementa.

Desde maio deste ano, Marina Keiko Nakayama, professora da área de desenvolvimento humano na UFSC, trabalha como voluntária na captação de recursos para o projeto. Nakayama conta que já tentou parcerias com o Badesc, Eletrosul, Celesc, UFSC e CNPQ, porém, por enquanto, obteve apenas respostas negativas. A professora calcula que com R\$ 70 mil é possível colocar em dia o projeto e manter a reciclagem por mais um ano.

A Associação Orgânica – ONG que

promove educação ambiental, certificação de produtos orgânicos e reciclagem – é quem dá o respaldo jurídico ao projeto. A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) entra como uma das parceiras, cedendo o professor do Centro de Ciências Agrárias, Paul Richard Momen Miller, que atua como orientador do grupo.

No futuro

Para Armando Borges, professor do departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental da UFSC, a compostagem tem que ser uma solução futura para o problema do lixo urbano – "O lixo sempre teve uma conotação negativa, só agora que começa a ser visto como algo que pode ser reaproveitado e dar dinheiro. Precisamos parar de enterrar coisa boa", diz.

Entre as vantagens do processo está o ganho econômico. A reciclagem do resíduo orgânico reduziria em quase 50% a quantidade de lixo que vai para os aterros sanitários, diminuindo os custos com o serviço de limpeza pública nas cidades. Além disso, a compostagem também é fonte de renda. O adubo resultante do processo é rico em nutrientes e pode ser vendido para agricultores. Sem falar no ganho ambiental. O resíduo orgânico ao ser reciclado libera gás carbônico, que é 21 vezes menos agressivo ao meio ambiente do que o gás metano – liberado nos aterros sanitários.

Iana Dias

Compostagem

A compostagem é uma das formas mais difundidas de tratamento de lixo orgânico. É um processo natural de decomposição de materiais orgânicos – de origem animal e vegetal – pela ação de microorganismos. Para que ela ocorra não é necessária a adição de qualquer componente químico ou físico à massa de lixo.

O produto final do processo é 100% orgânico e é chamado de composto – material rico em húmus e nutrientes minerais que pode ser utilizado como adubo na agricultura.

Desta forma, são obtidos dois ganhos ao mesmo tempo: com a produção do composto propriamente dita e um benefício indireto que é a redução de gastos de transporte e destinação do lixo orgânico



O gás carbônico liberado é 21 vezes menos agressivo à camada de ozônio do que o gás metano – liberado nos aterros sanitários



Calor

A alta atividade dos microorganismos libera energia térmica atingindo, em média, 65°C



Palha e serragem

Absorvem o excesso de água e permitem a circulação de ar



Terra

Contêm as bactérias e fungos que irão transformar o lixo orgânico em adubo orgânico



Resíduos orgânicos

São restos de alimentos e outros materiais que degradam rapidamente na natureza, tais como: cascas, folhas, restos frutos e vegetais, pó de café, esterco de animais, aparas de gramas, etc

Camadas da leira



PREPARO

Os resíduos orgânicos são organizados de modo a fornecer as condições adequadas para que os microorganismos degradem a matéria. Ao monte de lixo se dá o nome de leira.

MANUTENÇÃO

Por ser um processo aeróbico – que necessita de oxigênio – a leira precisa ser revirada para permitir a entrada do ar, controlando, também, a temperatura.

MATURACÃO

Depois da fase ativa, a leira fica descansando. Os microorganismos são substituídos por minhocas, lacraias, formigas, baratinhas da terra que finalizam o processo.

Infográfico: Ítalo Mendonça e Iana Dias



A nova direção do DCE teve maior votação no Centro Tecnológico (CTC), com 30,2 %, seguida por 18,8 % no Centro Sócio-Econômico (CSE). A menor votação foi no Colégio de Aplicação, com apenas 7 votos para a chapa 1, contra 36 para a chapa 2 e 50 para a 3

Estudantes elegem oposição no DCE

A Boas Novas venceu duas chapas com 2545 votos com discurso de aproximação à realidade dos alunos

Dos quase 20 mil alunos de graduação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e de ensino médio do Colégio de Aplicação, 12,7% votaram para o Diretório Central dos Estudantes (DCE) Luís Travassos, órgão de representação máxima dos estudantes. A Boas Novas (chapa 1) foi eleita com 61% dos votos válidos contra 28% da chapa 3, O sonho é popular, e 11% da Para além dos muros (chapa 2). Ano passado apenas uma chapa se inscreveu e duas disputaram as eleições em 2006.

A posse da gestão 2008-2009 foi dia 27 de novembro, uma cerimônia simbólica, porque a chapa ainda não foi homologada pelo Conselho de Entidades de Base (CEB). A previsão é que isso ocorra na primeira

semana de dezembro. O membro da comissão eleitoral e estudante de engenharia elétrica Luiz Fernando Lavado justifica o atraso: "A comissão tem apenas três pessoas, é um número muito reduzido". A Boas Novas ainda não havia decidido a composição da diretoria e das coordenadorias até o fechamento do ZERO.

O grupo se elegeu como chapa de oposição, apesar de dois dos seus 27 membros terem participado da gestão anterior, Educação não é mercadoria. A oposição, para eles, é uma crítica ao movimento estudantil que apenas reivindica. "Hoje o DCE não existe, porque muitas vezes está distante de questões do cotidiano do estudante", justifica o membro da Boas Novas Fernando Bastos,

estudante de direito. "Temos que nos preocupar com o currículo dos cursos, com a qualidade da aula, com os livros que a biblioteca precisa ter", diz.

A independência em relação a partidos políticos é outra bandeira do grupo. "O movimento estudantil não pode ser pautado pelos partidos", afirma Gabriel Portela, estudante de administração. Esta ideia foi defendida por todas as chapas durante a campanha eleitoral. As principais críticas que as outras chapas fizeram à eleita foram de que as suas ideias levariam à despolitização dos estudantes e à subestimação de temas importantes como o Reuni e as fundações de apoio. A Para além dos muros propunha aos concorrentes a unidade do DCE antes das

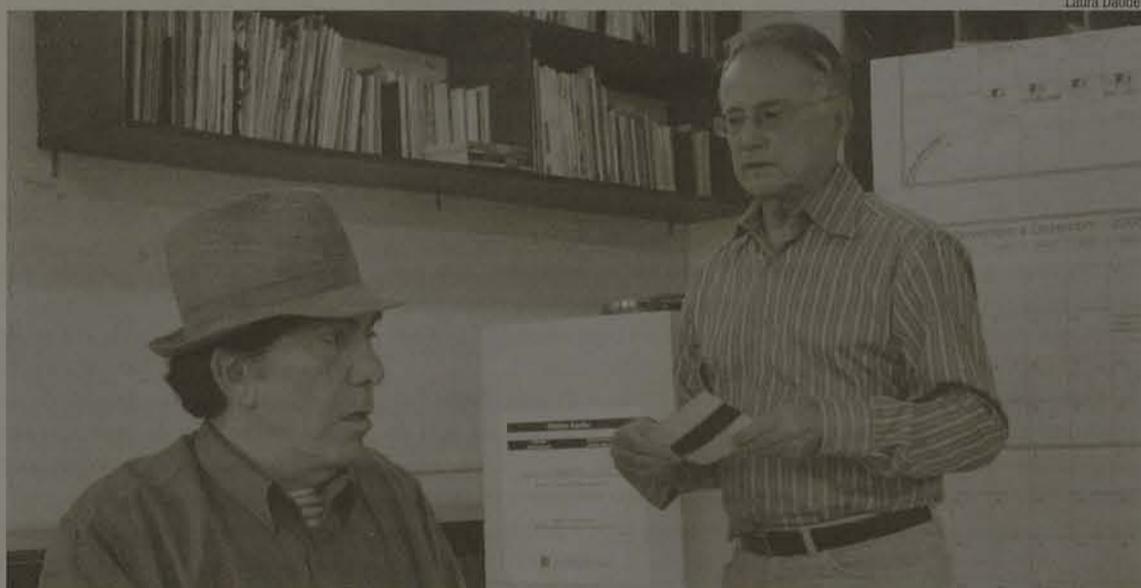
eleições. "A chapa 2 ainda está tentando um diálogo maior com a gente, alguns até foram na posse. Com a 3 está mais difícil", comenta Portela.

As funções do DCE da UFSC estão definidas no estatuto que completa 20 anos em dezembro de 2008. Apesar de o próprio texto prever a sua reformulação para abril de 1989, através de Congresso Estudantil, não há nenhum outro estatuto registrado em cartório. De acordo com o documento, o diretório deve promover a união dos estudantes, zelar por seus direitos e interesses, sem preconceitos ou distinções políticas e religiosas, lutar pela melhoria do ensino e por uma educação pública, gratuita e democrática. Também são finalidades a realização de atividades

culturais, esportivas, científicas, sociais e políticas e o intercâmbio com entidades do mesmo gênero.

O DCE possui quatro órgãos de administração: o Congresso Estudantil, a Assembléia Geral (AG), o Conselho de Entidades de Base (CEB) e a Diretoria, nessa ordem hierárquica. Este ano, foi definido em CEB que haverá um congresso estudantil no começo de 2009. "A nossa gestão pretende apoiar e ver como atuar nesse congresso. A gente não sabe ainda se vai ter força suficiente pra mudar o estatuto, mas é uma discussão que pode ser feita, porque ele é completamente defasado", comenta Bastos.

Adriana Seguro



Laura Daudén

Os aposentados sindicalizados votaram na sede da Apufsc para escolher seus representantes para Diretoria, Conselho Fiscal e CR

Nova gestão da Apufsc aposta no Conselho para atrair participação

A proposta da nova diretoria da Associação dos Professores da Universidade Federal de Santa Catarina (Apufsc) – Seção Sindical do Andes é ouvir a opinião dos docentes e trazê-los para os debates da categoria. A chapa Pela Renovação da Apufsc, que tomou posse no dia 30 de outubro, pretende agir através do fortalecimento do Conselho de Representantes (CR). Rogério Portanova, novo vice-presidente da instituição, acredita que a força do atual mandato estará concentrada no CR, "o coração de uma nova Apufsc", que trará oxigenação à associação dos docentes. "Será possível estender o trabalho para aproximação dos professores." Até o dia 1 de dezembro, apenas 40 dos 57 departamentos da UFSC haviam eleito seus indicados para o conselho. Os outros 23, além dos três colégios (Agrícolas de Araquari e Camboriú e de Aplicação) ainda não tinham escolhido sua representação.

Um dia antes da eleição, as duas chapas que estavam concorrendo – a ganhadora e a Valer a Pena – participaram de um debate no auditório do Centro Sócio-Econômico (CSE). Um dos pontos discutidos foi como trazer os professores novamente para participarem das discussões e das Assembléias Gerais, órgão máximo de deliberação da seção sindical. O público presente, incluindo os membros da mesa, não passou de 50 pessoas. Durante as discussões, Edgar Matiello Júnior, da Valer a Pena, denunciou os potenciais limites da representatividade do CR. "É necessário revalorizar todas as instâncias da Apufsc e criar novas, pois mesmo o conselho pode conter vícios devido a brigas internas dos departamentos."

O Conselho de Representantes, composto por dois membros – um titular e um suplente – de cada Departamento de Ensino e da Colégio de

Aplicação, foi reativado em outubro de 2007, após 18 anos desativado. A instância estava prevista desde o Regimento Geral de 1980, mas, tanto pelo progressivo distanciamento de cada professor, quanto pelo seu tamanho (que pode chegar a 120 membros), gradativamente se auto-extinguiu. Uma das funções do CR é aliviar a sobrecarga de trabalho que estava acumulada nas mãos da diretoria. Especialmente quanto à tarefa de coordenar a elaboração do novo regimento, aprovado no fim de setembro deste ano. O conselho só fica abaixo das Assembléias quanto ao poder deliberativo. No entanto, para que funcione devidamente, é necessário que os professores escolhidos como representantes participem ativamente das atividades propostas pela Apufsc.

Giovana Suzin

Brigas internas da diretoria explicitam crise da instituição

Neste ano, 43% dos 2.533 sindicalizados votaram durante as eleições, um número histórico para a associação. Na eleição anterior apenas 19,8% dos professores sindicalizados votaram. A chapa Pela Renovação da Apufsc venceu com 687 votos, 63,32% dos docentes que foram votar. É a primeira vez, desde 1998, que duas chapas se candidataram, resultado de disputas internas e divergências durante o mandato da última diretoria.

A gestão 2006/2008 chegou ao fim em outubro com vários desfalques na diretoria, devido às brigas que acontecem publicamente há cerca de um ano e que colocaram em lados opostos o presidente reeleito, Armando de Melo Lisboa, e mais da metade dos antigos diretores, que se uniram na oposição pela Valer a Pena. Entre as divergências apontadas, está os planos de saúde da Unimed: os diretores alegam que algumas decisões foram tomadas unicamente por Lisboa, sem consultar o restante da diretoria e a Assembléia Geral. Além da contratação de um escritório de advocacia para cuidar do caso Unidade de Referência de Preços (URP), também sem a consulta dos outros membros, e a acusação por parte de Lisboa de que a diretoria estava "paralisada". Os diretores defenderam-se alegando que o presidente era ausente, o que teria comprometido o pleno funcionamento da instituição. Procurado pelo ZERO, Lisboa se recusou a falar sobre as desavenças, alegando que o que havia para responder já estava publicado nos Boletins da Apufsc.

Paulo Rizzo, ex-presidente do Andes-SN (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino

Superior), explica que a questão que envolve as disputas da Apufsc é mais complexa. A universidade estaria, segundo ele, passando por um processo de mudanças, entre os quais a exigência pelo aumento de produtividade dos professores, o que acaba por desumanizá-los e individualiza as lutas. "O que acontece é a escravização dos profissionais, que hoje estão descontentes."

Para Rogério Portanova, mesmo com as brigas, o saldo da última diretoria foi positivo, pois "se explicitou a crise de representação que fazia os docentes ficarem longe das discussões". Para fazer com que eles voltem a participar, os novos diretores pretendem manter a transparência na prestação de contas e promover atividades acadêmicas e culturais voltadas para os associados. O intuito é valorizar a participação dos professores para que eles mantenham-se mobilizados permanentemente. "Será uma espécie de catequização. Se relaxar, eles se afastam", julga o recém-eleito representante de Assuntos de Aposentadoria, Gerônimo Machado.

A Apufsc havia estabelecido o prazo de 28 de novembro para todos os departamentos e colégios elegerem seus indicados ao Conselho de Representantes (CR). Porém, o capítulo 2 do Título VII do regimento geral da associação permite a convocação de eleição sempre que houver a necessidade de preenchimento de cargos do CR. No dia 10 de dezembro haverá nova reunião da Apufsc para definir sobre as eleições nos departamentos que ainda não elegeram seus representantes. (G. S.)

Além do prédio misto com 96 vagas, a Moradia tem a Casa da Estudante Universitária (CEU), com 34 alunas e os Módulos I e II, com respectivamente 8 e 7 vagas masculinas. Outros 100 alunos, que esperam por um quarto, recebem auxílio de R\$ 200,00



Nova moradia tem vagas insuficientes

Projeto para construção do novo prédio é questionado por moradores da casa de estudantes, que reivindicam acessibilidade e mais espaço

Dois mil vagas para a moradia estudantil. Esse foi o número ideal apresentado pelo reitor Álvaro Prata numa entrevista para a *Rádio Ponto*, durante a campanha para a reitoria no ano passado. O então candidato explicou a cifra: 10% dos alunos deveriam ter acesso à habitação subsidiada pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Hoje, seis meses depois da posse e com um aumento da demanda em virtude do Reuni — até 2010, a UFSC deve ter mais 1.023 alunos —, divergências entre alunos e administração agravam o problema. Moradores abriram um processo no Ministério Público Federal (MPF) contra o único projeto existente para a ampliação da estrutura. O novo prédio deve começar a ser construído em fevereiro do ano que vem e oferecer mais 96 vagas.

A obra faz parte de um projeto maior, desenvolvido em 1996 por alunos e professores do curso de Arquitetura da UFSC, que previa um conjunto de quatro blocos iguais. O primeiro e único finalizado até agora foi inaugurado em 2004. O antigo centro de convivência e a administração da moradia foram adaptados para acolher mais estudantes. Hoje são oferecidas 145 vagas para os mais de 20 mil alunos de graduação, e outros 100 estudantes esperam por um quarto enquanto recebem auxílio-moradia de R\$ 200. Prata adianta que o número de vagas apresentado durante a campanha não será implantado até o final da gestão e que, no momento, a universidade dispõe de recursos financeiros apenas para a construção de um dos blocos.



Morador fala de problemas enfrentados na hora de estudar e da falta de espaço no quarto

O início das obras vai depender do resultado do processo que tramita no MPF contra a planta assinada pelo professor Wilson Jesus da Cunha Silveira. A ação foi encaminhada pelos alunos da moradia em outubro de 2008 e reivindicava algumas alterações no projeto original, como a inclusão de um elevador e quartos maiores. Os estudantes argumentam que o novo bloco não estará de acordo com as normas do desenho universal (*ver box*) e querem a participação nas decisões referente à moradia.

A UFSC foi comunicada oficialmente sobre a ação no dia 21 de novembro. O professor Silveira garante que a planta foi alterada e já contempla as reivindicações. Os quartos receberam um aumento de 20% no tamanho e os banheiros serão divididos por três estudantes, e não seis, como acontece no prédio existente. Para atender as

normas de acessibilidade, o projeto encaminhado para licitação foi acrescido de um elevador. Hoje, a moradia abriga uma única cadeirante, Denise de Siqueira, estudante de Economia. Ela reside há dois anos em um quarto no térreo do prédio de cinco andares e não tem acesso aos pisos superiores, onde fica a lavanderia, por exemplo.

A equipe do ZERO tentou falar com Analúcia Hartmann, procuradora responsável pelo processo no MPF, mas não obteve retorno.

A obra deverá ser entregue no final do ano que vem. Ao todo, estão previstos R\$ 2.363 milhões em investimentos, e a área a ser ocupada é de 2.100 m². O processo de licitação vai até 29 de dezembro. “Se não for licitado até o final deste ano, a verba será devolvida ao Governo Federal”, afirma o reitor.

Esther da Veiga

Alunos reivindicam participar das decisões sobre qualidade de vida

As obras na moradia estudantil da UFSC não incluem reformas estruturais no prédio que existe desde 2004. Mesmo assim, na ação movida no Ministério Público Federal, os alunos reivindicam que sejam levados em consideração fatores como apoio psicológico, saúde, falta de espaço e privacidade nas atuais instalações.

Os alunos da moradia recebem atendimento de assistentes sociais, designadas pela Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), mas não atendimento psicológico. Denise de Siqueira conta que já houve brigas, roubos, até tentativa de suicídio dentro da moradia. Para Daniela Schneider, psicóloga e coordenadora do Serviço de Atendimento Psicológico da UFSC, dividir espaço com pessoas desconhecidas dificulta o relacionamento, mas não desencadeia uma situação grave e não gera total falta de privacidade. “Normalmente, se o aluno já está com outros problemas, pode agravar”, explica. O Departamento de Recursos Humanos da UFSC aguarda a liberação de um código de contratação do MEC para que a psicóloga que atenderá aos alunos da moradia possa começar os trabalhos.

Outro ponto de discussão é a respeito do horário para a realização das reuniões do Conselho da Mora-



Divisórias delimitam as áreas individuais

dia, órgão responsável por todas as deliberações. Dele participam oito representantes dos moradores, um do Diretório Central dos Estudantes e dois da PRAE. As reuniões mensais desse semestre, previstas no regimento interno, ainda não foram realizadas. Os estudantes e os representantes da PRAE não chegaram a um acordo sobre o horário do encontro, que antes era feito após às 22h. Consultada pela PRAE, a procuradoria da UFSC emitiu um parecer afirmando que a reunião deve ser durante o horário de funcionamento da instituição, até às 18 h. (E.V.)

Acessibilidade

Normas do desenho universal

A acessibilidade indica uma situação em que qualquer pessoa, independente de suas limitações, possa compreender, obter, acessar e se aproximar de alguma coisa. O conceito entrou para a constituição com o decreto-lei 5296, de 2 de dezembro de 2004.

No capítulo terceiro, artigo 8º, a acessibilidade é considerada como “condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida”.

A acessibilidade pode ser concretizada através do desenho universal, que leva ao projeto a preocupação com a inclusão das pessoas portadoras de necessidades especiais.

Os princípios do desenho universal são:

- 1- Equiparação nas possibilidades de uso
- 2- Flexibilidade no uso
- 3- Uso Simples e intuitivo
- 4- Captação da informação
- 5- Tolerância ao erro
- 6- Mínimo esforço físico
- 7- Dimensão e espaço para uso e interação

Chuva atrasa reforma no laboratório anatômico da UFSC

As obras que alteram a estrutura do espaço podem sofrer atrasos de alguns dias em decorrência do mau tempo

Depois da paralisação aprovada por alunos e professores em agosto, a reforma do laboratório de anatomia, no Departamento de Morfologia da UFSC, começou. Apesar de as paredes já estarem prontas, os trabalhos para conserto da cobertura — uma das etapas

mais importantes da obra — não evoluem por causa do mau tempo das últimas semanas.

Segundo João Batista Furtoso, Pró-Reitor de Infra-Estrutura, é possível que os trabalhos da empresa Kone, responsável pela reforma, demorem um pou-

co mais do que o acordado. “Era para estar pronto no dia 20 de janeiro, mas haverá um pequeno atraso por causa da chuva”. De qualquer maneira, esclarece Furtoso, as obras estarão prontas até o início das aulas, em março do ano que vem.

A reforma estrutural do laboratório, que recebeu uma notificação da Vigilância em Saúde por colocar em risco os alunos, técnicos e professores, custará cerca R\$ 143 mil. Outros R\$ 130 mil serão destinados para implantar um sistema de exaustão

— o projeto está em licitação —, e R\$ 82 mil já foram gastos na aquisição de uma cuba com capacidade para 24 cadáveres. Os antigos tanques de formol serão demolidos.

Laura Daudén



Com 23 km², 80 mil habitantes e 37 alterações de zoneamento, a Bacia do Itacorubi é composta por oito bairros. Enquanto se discute a aprovação do PDP, a região cresce de forma desordenada contabilizando centenas de construções irregulares e embargos a obras que deveriam estar paralisadas

Plano diretor da capital foi alterado 368 vezes

Mais da metade são modificações no zoneamento, responsável por regular o que se pode construir em cada área da cidade. 37 estão na Bacia do Itacorubi

Todo município com mais de 20 mil habitantes deve ter um documento que defina como a cidade deve se desenvolver e crescer sustentavelmente, o chamado Plano Diretor (PD). Em Florianópolis, existem dois em vigor: dos Balneários, de 1985, e do Distrito Sede (área urbana), de 1997, que dentro das zonas urbana e rural, prevêem 30 tipos de microzoneamento. Nesses 23 anos, de crescimento intenso e desordenado, a câmara aprovou 200 leis complementares alterando o zoneamento. Uma das áreas de maior atenção é a Bacia do Itacorubi.

O presidente do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IpuF), Ildo Rosa, diz que os planos foram concebidos de forma técnica e tornaram-se incompatíveis com a realidade da cidade. Além disso, a linguagem complexa com tantos tipos de zoneamento dificultava a fiscalização pela população. "Às vezes, há três ou quatro tipos de zoneamento na mesma rua. Um pode construir um prédio de seis andares e o vizinho, não, porque está em uma área residencial exclusiva", afirma. O

arquiteto Renato Saboya, especialista em planejamento urbano e planos diretores, explica que os de Florianópolis foram feitos com base no microzoneamento. "Com 30 microzoneamentos, o Plano da capital é uma colcha de retalhos. Após todos esses anos de mudanças, a lógica que mal existia ficou ainda mais difícil de se identificar."

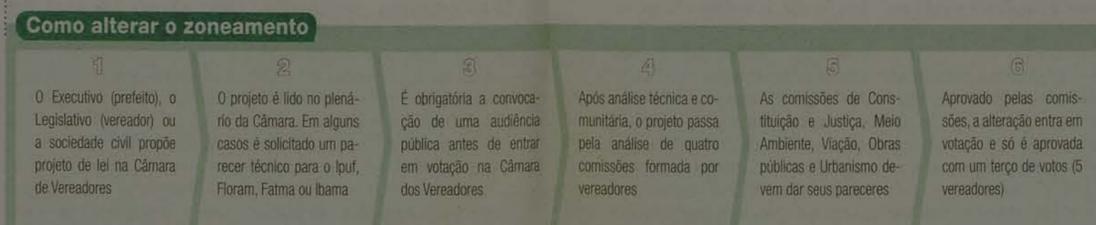
Na Madre Benvenuta - principal avenida do bairro Santa Mônica-, por exemplo, há quatro zoneamentos: Área Residencial Predominante (ARP), Área Comunitária Institucional (ACI), Área Verde de Lazer e Área Mista Central. Esta última, onde predominam atividades comerciais, é resultado da alteração feita pela Lei Complementar 076/04. A Bacia do Itacorubi abriga ainda os bairros: Trindade, Córrego Grande, Itacorubi, Saco Grande e parte da Agronômica, João Paulo e Pantanal.

O Santa Mônica foi palco de conflitos envolvendo a construção do shopping Iguatemi. De acordo com o Plano Diretor de 1997, o terreno era Área Mista de Serviços (AMS) na sua maior porção e, em parte, Área Comunitária

Institucional (ACI). Mas a Lei Complementar 175, de 2005, que dispõe sobre incentivos à construção de shopping centers, alterou o zoneamento de todo o local para Área Mista de Serviços (AMS), onde é permitido esse tipo de empreendimento.

Sobre as 368 alterações de zoneamento em toda a cidade, Rosa afirma que em 2006 foi exigida uma moratória. O Engenheiro Civil da Câmara Municipal, Antônio José da Silva Filho, explica que, na verdade, há um consenso na casa de não alterar o zoneamento enquanto o novo Plano Diretor Participativo não ficar pronto. Mas existem exceções. "Alterações referentes às Áreas Verdes de Lazer (AVL) e Áreas Comunitárias Institucionais (ACI), como praças e hospitais, e às chamadas Zonas Especiais de Interesse Social, que dizem respeito a projetos habitacionais, continuam sendo feitas", afirma. Desde o fim de 2006, foram dez mudanças de zoneamento em Florianópolis, duas delas na Bacia do Itacorubi.

Luísa Frey



Se aprovada, lei irá proibir novas construções

Projeto do Defeso da Bacia do Itacorubi completa, em janeiro, um ano parado na Câmara

Com 23 km², 80 mil habitantes e 37 alterações de zoneamento (ver mapa), a Bacia do Itacorubi cresce desordenadamente enquanto se discute a aprovação do Plano Diretor Participativo (PDP). Os moradores dos oito bairros da região pedem pela aprovação do projeto de lei 951/2008, conhecido por Defeso da Bacia do Itacorubi, que prevê a proibição temporária da concessão de licenciamentos para grandes empreendimentos até que seja aprovado o próximo plano diretor.

O projeto, porém, completa um ano em discussão na Câmara de Vereadores no próximo mês. A Secretaria de Urbanismo e Serviços Públicos (SUSP), responsável por conceder licenciamentos para construção em Florianópolis, registrou um aumento de 52,6% de permissões desde a entrada do projeto na Câmara.

A medida visa proteger o patrimônio natural e histórico da região. "Não só o bairro, mas a cidade vive o caos no sistema viário, abastecimento de água e saneamento", diz o Coordenador do subnúcleo da Bacia do Itacorubi na discussão do PDP, João Carlos da Silva. Mas as posições são divergentes. A Associação Comercial e Industrial de Florianópolis (ACIF) encaminhou à Câmara uma carta em que repudia a iniciativa e considera o projeto uma "violação desmesurada contra a iniciativa privada e a população trabalhadora". Para a ACIF, o plano diretor atual é suficiente para disciplinar as construções. "Quando se anuncia que foram efetu-

adas 400 alterações, só mostra o dinamismo da cidade", escreve o presidente da Associação, Dilvo Vicente Tirloni. Questionado pelo ZERO sobre a demora na aprovação, o presidente do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF), Ildo Rosa, diz que os interesses privados e políticos são sempre sobrepostos ao público em Florianópolis. "A Bacia do Itacorubi é a menina dos olhos. Se aprovamos o Defeso, são dois passos para aprovar algo parecido nos outros bairros". (J.S.)

Desde 1997, Bacia do Itacorubi teve 476 embargos de obras nas principais avenidas

O Plano Diretor de 1997, que determina o que se pode construir em cada região, é desrespeitado e, muitas vezes, alterado em função de interesse privado. Nas principais avenidas dos bairros que compõem a Bacia do Itacorubi (Trindade, Córrego Grande, Itacorubi, Saco Grande e parte da Agronômica, João Paulo e Pantanal) foram registrados nesses 11 anos do Plano Diretor 476 embargos a construções irregulares, 55 demolições de obras não regularizadas. Além disso, 50% dos estabelecimentos comerciais operam sem alvará.

Só na Rodovia João Paulo, principal rua do bairro de mesmo nome, foram registrados 85 embargos de obra. A Secretaria de Urbanismo e Serviços Públicos (SUSP) é a responsável pela fiscalização e abertura do processo administrativo de embargo, que teoricamente impede uma construção irregular de continuar até que sejam feitas as adequações.

Vários quesitos devem ser observados antes do início da construção, como o zoneamento indicado à natureza da obra, a suficiência do saneamento e abastecimento de água da região após a construção, adequação do sistema viário para não gerar tráfego e o impacto ambiental (ver box).

Caso algum ponto seja desrespeitado, tanto o município quanto a população podem pedir o embargo ao Ministério Público, chamada de a nulificação de obra nova, muitas vezes mais rápido que o processo administrativo. Caso a obra não se adequa às normas, pode sofrer a ação demolitória. Dos embargos ocorridos desde a aprovação do Plano Diretor atual, em 1997, apenas 10% dos embargos terminaram em demolição.

Concluída a obra regularmente, a SUSP emite o habite-se, que declara que a propriedade está de acordo com todas as normas anteriores. Após a concessão do documento, a construtora não pode mais sofrer ação demolitória.

Ex-ofício

A avenida Madre Benvenuta, principal do bairro Santa Mônica, além de 49 embargos de obra, possui 40% dos estabelecimentos comerciais em situação de ex-ofício, de acordo com estimativa da SUSP. Esse tipo de alvará concede ao comerciante permissão para funcionar sem possuir todos os documentos, como, por exemplo, o habite-se, ou sem respeitar o zoneamento.

O excesso de irregularidade naquela região se deve à mudança de zoneamento da avenida, que alterou a área de residencial para área mista central

(predominantemente comercial). Muitos pontos comerciais se estabeleceram em locais residenciais e não adequaram a documentação.

O número aumenta quando se compara a região ao centro de Florianópolis, em que a estimativa de estabelecimentos comerciais com ex-ofício chega a 80%. Enquanto a regularização junto à Prefeitura exige burocracia, o estabelecimento com ex-ofício paga uma multa de R\$ 10 por mês e pode continuar em funcionamento.

Juliana Sakae

Obras embargadas

- Trindade > Av. Lauro Linhares - 71 embargos / 12 demolições
- Santa Mônica > Av. Madre Benvenuta - 49 obras / 8 demolições
- Itacorubi > Av. Admar Gonzaga - 65 obras / 5 demolições
- Pantanal > Av. Dep. Antônio Edu Vieira - 79 obras / 15 demolições
- Córrego Grande > Av. João Plo Duarte Silva - 60 obras / 2 demolições
- João Paulo > Rod. João Paulo - 85 obras / 9 demolições
- Saco Grande > Rod. Virgílio Várzea - 67 obras / 4 demolições

Órgãos públicos burocratizam o acesso a informações consideradas públicas

Os dados levantados pelo ZERO para a reportagem sobre os embargos de obras na Bacia do Itacorubi são considerados públicos, de acordo com a lei 10.650/2003 que estabelece: "Os órgãos e entidades da Administração Pública ficam obrigados a permitir o acesso público aos documentos, expedientes e processos administrativos que tratem de matéria ambiental e a fornecer todas as informações ambientais que estejam sob sua guarda, em meio escrito,

visual, sonoro ou eletrônico".

O ZERO fez 28 ligações para as seguintes instituições: Floran, Ibama, Fatma, Ministério Público Federal, SUSP e Pró-Cidadão. Nenhuma delas soube informar a quantidade de obras embargadas na região, embora o processo passe por todas as instâncias.

A única com levantamento quantitativo da informação, a SUSP, negou o acesso a princípio. O ZERO entrou em contato com a cordenadoria jurídica dos Ministérios Públicos Fe-

deral e Estadual e obteve a confirmação do direito de acesso à quantidade de processos administrativos.

Após o Secretário José Carlos Rauen ter negado autorização duas vezes, alegando que a secretaria deveria ser "provocada constitucionalmente" para informar o dado procurado, a SUSP liberou a informação mediante pedido formal do departamento de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). (J.S.)

Passos obrigatórios para licenciar um empreendimento





Davi tinha mania de bater com objetos na palma da mão. Sem saber que essa era a maneira que o garoto encontrava para tentar se concentrar, a primeira reação dos pais era de coibir essa atitude

Tratamento procura levar as pessoas ao mundo do autista

Casal de Florianópolis adere ao programa Son-Rise que, além de estimular a comunicação da criança com autismo, ensina que tudo o que ela faz tem um motivo

Davi Martin Walter tem seis anos, gosta de queijo e de assistir ao Discovery Kids. Os pais Patrícia e Erich Walter descobriram que o filho era autista depois que ele completou dois anos. A partir de então, estudaram vários tipos de terapia. Hoje, o garoto vai à fonoaudióloga e faz controle nutricional. Já fez psicoterapia, musicoterapia e equoterapia, método que visa ao desenvolvimento psicossocial através da equitação. Davi frequenta a primeira série do colégio Menino Jesus e vai à aula acompanhado de uma "facilitadora", que o auxilia nas atividades escolares.

Em outubro do ano passado, o pai foi aos EUA aprender sobre outro método de tratamento, chamado Son-Rise, nome que faz trocadilho com *sunrise* – nascer do sol, em inglês. Significa levantar o filho, se traduzido para o português. "Nós achávamos que as sessões de terapia duravam pouco: 45 minutos, duas vezes por semana. O problema dele é mais crônico, ele precisava de alguma coisa mais intensiva", explica Erich.

Desde o começo deste ano, a instituição Inspirados pelo Autismo, com sede em São Paulo, realiza *workshops* do programa Son-Rise em várias cidades do Brasil. Além disso, oferece atendimentos domiciliares e consultas telefônicas às famílias de crianças autistas. Os últimos cursos ocorreram no final de novembro, em Brasília, e custaram R\$ 720 cada – três dias para o nível introdutório e três para o avançado.

O método, que pode ser aplicado pelos próprios pais, busca inserir as pessoas dentro do mundo particular do autista. Acredita-se que é possível se relacionar com ele e incentivar o desenvolvimento social, emocional e cognitivo da criança, trabalhando naquilo que são suas principais dificuldades – a sociabilidade, o contato visual e a comunicação.

O quarto

No primeiro andar da casa da família Walter, existe um quarto com espelho em uma das paredes, uma mesa e duas cadeiras, prateleiras de brinquedos e um tapete azul. O espaço, um dos investimentos do programa, é chamado de *playroom*. "É como se ali fosse o quarto do 'sim'", diz Erich. Nesse ambiente, a criança tem toda a liberdade, tudo lhe é permitido. Ali, Erich ou Patrícia tem de passar duas horas por dia com Davi.



Davi brinca com a mãe no *playroom*, quarto onde os pais passam duas horas por dia com o garoto. A ideia ali é limitar o que ele faz

Como o autista tem dificuldade para filtrar as informações do ambiente – qualquer som, imagem ou luz pode distraí-lo –, o quarto é projetado de forma a eliminar ao máximo as intervenções indesejáveis. Assim, fica mais fácil de a criança se concentrar em quem está no quarto. No local, é ela quem decide o que quer fazer, e a pessoa deve acompanhá-la. Ao mesmo tempo, é preciso inventar brincadeiras para interagir e estar sempre motivado a chamar a atenção do autista. Caso ele não queira, sua vontade deve ser respeitada.

Davi tinha mania de bater com objetos na palma da mão. Sem saber que essa era a maneira que o garoto encontrava para tentar se concentrar, a primeira reação dos pais era de coibir essa atitude. "Antes do curso, nós achávamos que todas as estereotípicas dele, aquelas manias que o autista tem, deveriam ser corrigidas. E, na verdade, isso é quase uma agressão para a criança", afirma o pai. O Son-Rise ensina, principalmente, a respeitar o autista e a entender que tudo que ele faz tem um motivo.

O método acaba se tornando cansativo para os pais, que precisam estar sempre animados para acompanhar a criança. O autista precisa sentir que a outra pessoa está bem disposta a participar das brincadeiras, porque se ele perceber o contrário, pode se fechar novamente. No começo, a família brincava no *playroom* de quatro a cinco horas por dia. Apesar de Patrícia ter deixado

o trabalho e os estudos para cuidar do filho, esse tempo precisou ser reduzido para duas horas diárias, por causa do cansaço e das tarefas cotidianas.

Para conseguir trabalhar mais horas no quarto com Davi, os pais buscam voluntários para ajudá-los na aplicação do programa. Normalmente são estudantes das áreas de saúde e psicologia, que utilizam o aprendizado na carreira profissional. No entanto, qualquer pessoa que queira aprender sobre o Son-Rise pode ajudar. Quem já realizou o curso ensina o método para o voluntário, que trabalha com a criança no *playroom* algumas horas por semana. Dessa forma, o autista passa mais tempo no local, sem sobrecarregar os pais.

Fora do quarto

O programa não se limita a fazer as vontades da criança somente dentro do *playroom*. O tratamento é aplicado diariamente e de forma contínua. Para Erich, o Son-Rise é uma filosofia.

Como o método busca incentivar, entre outros aspectos, a comunicação do autista, qualquer tentativa de fala deve ser festejada e atendida instantaneamente. Assim, a criança percebe a importância de se comunicar e que falar é mais eficiente que chorar, por exemplo.

Na casa dos Walter, televisão e computador permanecem desligados a maior parte do tempo. Para o autista, que costuma fixar a atenção em alguns objetos, os eletrônicos desviam sua atenção, que deve estar voltada às

pessoas. Uma solução foi remover os jogos do computador e o canal de televisão preferido, o Discovery Kids. Agora, Erich e Patrícia são, para Davi, o que há de mais interessante na casa.

Na residência da família, não pode ter queijo, uma das comidas prediletas de Davi, que é alérgico a leite e derivados e a glúten. Com uma terapia que tenta permitir a criança a fazer o que quer, é complicado manter em casa alimentos que ela gosta, mas que não pode comer.

Os Walter dizem que perceberam uma evolução no quadro do filho, principalmente na área da linguagem. Como o garoto fez várias terapias, não é possível dizer quais evoluções foram alcançadas por cada uma, mas Erich atribui ao Son-Rise a melhora na comunicação.

Thayse Madella

Son-Rise

Filho é tratado pelos próprios pais

O método Son-Rise foi desenvolvido, no início da década de 1970, pelo casal norte-americano Barry e Samahria Kaufman. Desiludidos com os médicos, que não acreditavam que o filho Raun pudesse superar o transtorno, eles passaram a procurar métodos alternativos. Raun havia sido diagnosticado com autismo severo e Quociente de Inteligência (QI) abaixo de 40. A partir de experimentações intuitivas e

Autismo impede interação com o universo exterior

O autismo é um transtorno neurobiológico, causado por uma disfunção do Sistema Nervoso Central, que se reflete na fala, na comunicação não-verbal e no relacionamento social.

O neuropediatra Álvaro José de Oliveira, do Núcleo Desenvolver do setor de pediatria do Hospital Universitário (HU) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), explica que "é como se o autista abrisse determinadas portinhas; algumas horas é como você, em outras horas não é".

A incidência de casos do transtorno é quatro vezes maior no sexo masculino do que no feminino e normalmente se manifesta antes do terceiro ano de vida. De acordo com o Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo (USP), existe cerca de um milhão de casos de autismo no Brasil. Instituições ligadas a famílias de crianças autistas relatam um aumento no número em todas as regiões brasileiras. O neuropediatra do HU afirma que atende um novo paciente a cada semana.

Conhecido por causar alheamento, o autismo impede a interação com o mundo exterior, e a pessoa fica centrada em si mesma. A desordem não tem causa comprovada e é diferente em cada criança, surgindo a partir de pré-disposição familiar, sofrimento durante o parto, má formação do feto, entre outros fatores.

Do grau leve ao severo, o autismo apresenta sintomas que variam muito de uma pessoa para outra. É comum o fenômeno conhecido como ecolalia, ou seja, a repetição do que lhes foi dito, às vezes por horas, ou até mesmo dias. Frequentemente, o autista age repetitivamente, em movimentos estereotipados, e não aceita mudanças no ambiente.

O neuropediatra Oliveira explica que se deve tratar o autista agindo com naturalidade e reconhecendo suas diferenças. "Deve-se aproveitar as portas que eles abrem para interagir, repetir os gestos que esteja fazendo e ir adiante, se perceber que conseguiu contato com a criança", diz. (T.M.)

afetivas, os pais passaram a aplicar o programa em casa e, após três anos e meio de tratamento intensivo, conseguiram que Raun se desenvolvesse de maneira próxima a da maioria das pessoas.

Raun se formou na Ivy League University e hoje trabalha no Centro de Tratamento de Autismo da América, fundado pelo casal Kaufman em 1983, em Massachusetts, nos EUA.

Moradora da colônia japonesa Celso Ramos, em Frei Rogério, interior do estado, Izumi Honda (ao lado) está entre os quatro catarinenses que podem fazer parte da seleção brasileira que disputará o XIV Campeonato Mundial de Kendo (WKC 2009)



Florianópolis

Prática chega à capital em 2001

Apenas a Academia de Kendo de Florianópolis oferece treinos dessa arte marcial na capital catarinense. Hoje, dez alunos estão matriculados nas aulas, que são ministradas três vezes por semana, no ginásio de esportes do colégio estadual Padre Anchieta.

Pela filosofia do kendo não é permitido o lucro através do ensino e prática. Os R\$ 50 mensais cobrados de cada aluno inscrito são usados para custear o aluguel da quadra.

Como os equipamentos necessários são caros (um *shinai* — espada de bambu — chega a custar R\$ 130), Luiz Felipe de Souza, professor da academia e graduado no 3º Dan (*ver box*), sugere que a pessoa faça, no mínimo, dois meses de aulas para se certificar de que quer mesmo seguir adiante, antes de fazer o investimento.

Souza começou a praticar em 2001, quando Miwa Onaka, kendoca nascida em Frei Rogério e graduada no 5º Dan, trouxe o kendo a Florianópolis. O professor conta que sempre quis praticar alguma arte marcial e que, das que tentou, "essa foi a que manteve um lado mais filosófico, essencial numa arte marcial".

Dois anos e meio depois, quando Miwa Onaka se mudou da capital, Elina Hideko Onaka e Edson Toba continuaram os treinamentos por quase três anos. Em 2007, quando eles também precisaram sair de Florianópolis, Souza assumiu a turma.

Daniela Cucolicchio



Professor Souza se prepara para aula

Níveis

No Brasil, os testes para a graduação no kendo são feitos apenas em São Paulo, na Confederação Brasileira de Kendo (CBK). O país é o único latino-americano credenciado pela Federação Internacional de Kendo (FIK) — com sede no Japão — para aplicação dos exames.

Requisitos para realizar os testes:

- 1º Kyu** — 14 anos de idade
- 1º Dan** — seis meses depois do 1º Kyu
- 2º Dan** — um ano depois do 1º Dan
- 3º Dan** — dois anos depois do 2º Dan e 18 anos de idade
- 4º Dan** — três anos depois do 3º Dan
- 5º Dan** — quatro anos depois do 4º Dan
- 6º Dan** — cinco anos depois do 5º Dan
- 7º Dan** — seis anos depois do 6º Dan
- 8º Dan** — dez anos depois do 7º Dan e 45 anos de idade

Santa Catarina tem 4 kendocas pré-convocados para mundial

Apesar de pouco conhecido no estado, kendo catarinense emplaca atletas de Frei Rogério nos treinos seletivos e preparatórios para a competição do ano que vem

Izumi Honda é de origem japonesa e, seguindo suas raízes, é praticante de kendo, uma arte marcial proveniente dos samurais. Apesar de a prática não ser muito conhecida em Santa Catarina, quatro kendocas do estado — dentre eles, Honda — foram convidados a participar dos treinos preparatórios e seletivos para o XIV Campeonato Mundial de Kendo (WKC 2009), que acontecerá em agosto do ano que vem, em São Paulo.

O kendo é uma arte marcial japonesa moderna que surgiu das técnicas de combate com espada. Mas, ao invés da arma de aço, usa-se o *shinai*, uma espada de bambu, ou o *bokuto*, de madeira. Honda, que hoje tem 38 anos e é graduada no 4º Dan (*ver box*), começou a praticar quando tinha sete. "No início não tinha muito gosto para isso, mas com o tempo aprendi a gostar", diz.

Com 15 anos, a kendoca passou a se destacar no *ranking* nacional. Desde então, coleciona títulos de primeiro lugar nas competições individuais e em equipes, nas modalidades infantil, juvenil e graduados acima de 2º Dan. Além disso, participou de dois campeonatos mundiais: um em Kyoto (1997), e outro em Taiwan (2006).

Os sons produzidos pelos gritos e pelo bater das espadas, além da vestimenta — que cobre o corpo inteiro, só deixando os pés descalços —, podem ser novidade para aqueles que assistem a um combate pela primeira vez. Mas para os moradores da colônia japonesa Celso Ramos, em Frei Rogério, treinar kendo é tão comum quanto

jogar futebol. É lá que se encontra o único *dojo* (lugar construído especialmente para a prática da luta) de Santa Catarina, e onde Honda costuma praticar, duas vezes por semana, além dos treinos individuais diários, em casa.

Os outros três convocados do estado — as kendocas Elzami Miwa Onaka, Elina Hideko Onaka e o kendoca Ernesto Eisaku Onaka — também são do núcleo Celso Ramos. Mais que a prática da esgrima, essa arte marcial incorpora a filosofia de vida dos samurais.

O objetivo do kendo não é somente vencer a luta contra o adversário, mas adquirir autoconhecimento e disciplina. "Além de ser um bom esporte físico ajudou na formação do meu caráter, na disciplina, na retidão. Sou uma pessoa muito grata por ter tido a oportunidade de aprender e crescer junto com essa prática", diz Honda.

Luiz Felipe de Souza, professor da Academia de Kendo de Santa Catarina, lembra que a prática dessa arte marcial não visa "a ensinar defesa pessoal, nem a machucar os outros". O objetivo dos treinos é alcançar golpes perfeitos, "por isso são repetitivos e cansativos". No kendo, se aprende menos golpes para que, ao invés de se saber muitos movimentos, se saiba executar poucos, mas com perfeição.

A história do kendo em Frei Rogério, e consequentemente em todo o estado, começou em 1973, quando o japonês Hirotaka Onaka, na época com 20 anos, veio de sua terra natal para o Brasil a fim de trabalhar na



Daniela Cucolicchio

Além de conhecimento teórico, velocidade é um dos itens essenciais que o kendoca deve ter

casa de Fumio Honda, pai de Izumi. O senhor Onaka era graduado no 2º Dan, trazendo em sua bagagem o conhecimento do kendo. "Meu pai, líder da comunidade nipônica frei rogeriense, não deixou esta oportunidade passar em branco e logo convidou o seu Onaka a lecionar na nossa

comunidade", conta Izumi Honda.

Foi a partir dos ensinamentos de Onaka que seus alunos, depois de graduados, foram para outras cidades da região Sul, espalhando o que aprenderam com o mestre.

Thayse Madella

Brasil sediará campeonato de kendo em 2009

Pela segunda vez, São Paulo recebe edição do evento mais importante da categoria

Assim como o V Campeonato Mundial de Kendo em 1982, a décima quarta edição do evento (WKC 2009) será na cidade de São Paulo, de 26 a 31 de agosto do ano que vem. Cerca de 40 países vão participar da disputa, que ocorre a cada três anos. No WKC 2009, o Brasil será representado por dez atletas femininos e dez masculinos.

Para selecionar os kendocas que disputarão o campeonato, a Confederação Brasileira de Kendo (CBK) convocou, em fevereiro, 23 mulheres e 37 homens para os treinos seletivos, que irão até o final deste ano.

No início de 2009, ainda sem data definida, será divulgada a lista com o nome dos 20 aprovados. A partir de então, o treinamento passa a ser preparatório, e não mais seletivo.

Além dos selecionados, um número ainda não definido de atletas que participaram da fase seletiva serão escolhidos para integrar a equipe, a fim de dar suporte aos competidores brasileiros durante o campeonato.

Outro objetivo, segundo o documento convocatório divulgado pela CBK em fevereiro, é "iniciar

a ambientação dos jovens atletas para as futuras competições internacionais".

A comissão técnica responsável por selecionar a equipe avaliará o índice e a postura de participação nos treinamentos oficiais e o nível geral de kendo (técnica, velocidade, força, garra e conhecimento teórico). Também serão consideradas a habilidade em competições e a postura perante a prática e perante professores e colegas.

No Brasil, o número de praticantes do kendo é pequeno. De acordo com a

CBK, são cerca de mil kendocas, sendo que apenas a metade é filiada à confederação. Das 25 academias associadas, a maioria se localiza no estado de São Paulo. O restante fica em Santa Catarina, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul e Distrito Federal.

A CBK organiza anualmente campeonatos nacionais — em fevereiro para as categorias mirim-infante-juvenil e em julho para graduados. Já o Campeonato Brasileiro Absoluto de Kendo, realizado em outubro, engloba graduados acima do 2º Dan (mulheres) e 3º Dan (homens). (T.M.)



Mesmo com a liberação dos recursos previstos para este ano, as negociações para enquadrar o curso no modelo da Universidade Aberta do Brasil serão retomadas em março de 2009

Impasse com MEC atrasa verba para curso de Libras da UFSC

Governo quer que habilitações se enquadrem no modelo da Universidade Aberta do Brasil

Depois de quatro meses de espera, o Ministério da Educação (MEC) liberou os R\$ 2,8 milhões, destinados ao curso de Letras-Libras da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O impasse aconteceu porque o MEC queria que o Libras fosse oferecido no modelo da Universidade Aberta do Brasil (UAB). A coordenadora do curso, Ronice de Quadros, diz que o problema deve continuar em 2009.

A Licenciatura em Libras – Língua Brasileira de Sinais – foi criada em 2006, atendendo estudantes de todo o Brasil. Em 2008, foi criado o Bacharelado em Libras. Hoje são 18 pólos, em 16 estados, e 1400 alunos. É o recurso destinado a essas duas habilitações que deveria ter sido repassado em julho e chegou à coordenação apenas no dia 24 de novembro.

A verba é liberada a cada seis meses e, todo semestre, é preciso entrar com um novo pedido. Quadros explica que um atraso de até dois meses é normal, devido à burocracia. Por isso, encaminharam o pedido com antecedência, evitando que esse possível atraso atrapalhe o funcionamento. Em 2008, a coordenação do curso começou o procedimento em maio, prevendo que a liberação ocorreria em julho.

O valor total é de aproximadamente R\$ 2,8 milhões, dividido em três partes – uma para o curso iniciado em 2006 e duas para o de 2008. Enquanto a soma não era liberada, a Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária (FAPEU) manteve o curso funcionando.

O impasse

Dois meses depois de iniciado o procedimento, em julho, o MEC respondeu



Thiago Bora

Por conta de intérpretes e infraestrutura, custo de estudante do Libras é o dobro de aluno da UAB

dizendo que só liberaria o dinheiro se o curso se enquadrasse no modelo da UAB. “Eles já mandaram uma lista de coisas que precisariam ser refeitas”, lembra Quadros. A justificativa dada pelo MEC para o pedido de transição era para a seguir orientações da Controladoria Geral da União (CGU), que recomenda que um projeto não pode ter mais de 25% da verba destinado ao pagamento de professores e funcionários. Esse gasto, no Libras, é de 80%. “É preciso gente que seja fluente em língua dos sinais. Gente especializada”, argumenta Quadros. Como ainda não existe turma formada, nem todos os professores do curso sabem a língua dos sinais, sendo preciso, além deles, contratar intérpretes. “Com o tempo vamos conseguir reduzir esse gasto, mas agora não tem como.”

De acordo com a coordenadora, ao analisarem os pedidos do MEC a coordenação chegou à conclusão que seria inviável a transição para a UAB, por causa das especificidades do curso. Para enquadrar

se nos moldes da UAB, por exemplo, cada aluno deveria custar R\$ 120 por mês. No entanto, como no curso de Libras a maioria dos alunos é surda, o valor gasto por estudante é de R\$ 240. São necessários vídeos, DVDs e intérpretes.

Desde que o último processo foi iniciado, em maio, por cinco vezes a documentação teve que ser revista e reenviada ao MEC. A coordenadora esclarece que o valor repassado a cada pólo não pode ser modificado, por causa do contrato assinado em 2006, o que dificulta a redução dos gastos, uma das exigências do MEC. “Seria ilegal alterar a quantidade de verba repassada.”

Como Libras e MEC não chegavam a um acordo, o reitor da UFSC, Álvaro Prata, entrou na negociação. Por três vezes ele interveio para tentar solucionar o problema. “O governo quer que os cursos de educação à distância sejam oferecidos pela UAB, mas nem todos são possíveis. O curso de Libras é especial”, diz. O reitor explica que ocorreram vá-

rias conversas com os representantes do MEC para que chegassem a um consenso: “atrasou demais, foi horrível, mas está resolvido”. De acordo com o reitor, ficou definido que o Libras continua como está e os próximos cursos à distância criados pela UFSC serão oferecidos dentro do modelo da UAB.

A assessora de comunicação do MEC, Adriane Cunha, informou que não houve atraso uma vez que a UFSC não enviou os documentos necessários para que o dinheiro fosse liberado em menos tempo. A responsável pela negociação, Luciane Carneiro se negou a falar e disse que apenas a assessoria do MEC poderia dar informações. Por telefone, Cunha se recusou a informar mais detalhes e quais os documentos que estariam faltando.

No dia 24 de novembro a quantia foi liberada pelo MEC, mas devido à burocracia, dessa vez da UFSC, a previsão é o valor total que seja repassado para a FAPEU dentro de duas semanas. O maior problema, na visão de Quadros, não está na liberação da quantia. A coordenadora explica que o MEC aceitou disponibilizar o dinheiro desse semestre, no entanto, as negociações para enquadrar o curso de Libras na UAB serão retomadas em março de 2009. E só quando essa questão for resolvida é que o recurso referente ao primeiro semestre do ano que vem será liberado. “Ou seja, já teremos dois meses de atraso, que é janeiro e fevereiro. Agora vai saber quando esse dinheiro vai chegar pra gente.” Álvaro Prata garante que a situação está normalizada e que a verba do ano que vem será liberada normalmente.

Marina Ferraz

Brasília

Decreto garante gratuidade no Sistema S

Lula ratifica acordo que prevê aumento de vagas para trabalhadores em cursos técnicos

Os regimentos dos serviços do Sistema S são alterados pela primeira vez em 60 anos. Com a assinatura dos decretos nº 6.632, 6.633, 6.635 e 6.637, no dia 5 de novembro, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A partir de agora, Senai, Sesi, Senac e Sesc devem ampliar a gratuidade e o número de vagas em cursos técnicos de formação inicial e continuada destinados a alunos e trabalhadores de baixa renda,

empregados ou desempregados, em todo o país.

Os documentos foram publicados no Diário Oficial da União de 6 de novembro, seção 1, página 2. Por eles, fica estabelecido que, além do aumento gradual das vagas gratuitas, de 2009 a 2014, as instituições do Sistema devem “definir mecanismos de acompanhamento, avaliação e de desempenho da oferta de gratuidade”.

A receita das entidades, que se origina de contribuições compulsórias – percentual descontado pelas empresas do comércio e da indústria de suas folhas de pagamento – soma cerca de R\$ 7 bilhões em 2008.

Esses decretos ratificam o Acordo do Sistema S firmado entre os ministérios da Educação, do Trabalho e da Fazenda e as Confederações do Comércio e da Indústria, em 22 de julho. Foram

mantidas as metas crescentes de gratuidade – chegando, ao final dos 6 anos, a 66,6% para Senac e Senai e 16,67% para Sesc e Sesi – e a autonomia das coordenadorias nacionais quanto à administração de seus recursos. Pelo acordo, o valor destinado à aplicação em vagas gratuitas deve alcançar, em 2014, R\$ 4,8 bilhões.

Bárbara Dal Fabro

Mês a mês

Liberação levou mais de 7 meses

A negociação entre a coordenação do curso de Libras da UFSC e o MEC se estendeu de maio a novembro. Acompanhe o desenrolar do processo:

Maio: A UFSC encaminha os documentos necessários para liberação da verba, para análise e aprovação.

Junho: a coordenação do curso liga para o MEC para saber como anda o processo e não obtém resposta

Julho: No dia 19, o MEC faz o primeiro contato com a Universidade. Representantes do Ministério dizem que, para liberar o dinheiro, o Libras da UFSC deve se adaptar ao modelo da Universidade Aberta do Brasil, a UAB. Em resposta, a UFSC alega que não pode mudar a estrutura, pois inviabilizaria o curso.

Agosto: A UFSC tenta agendar reuniões presenciais com representantes do MEC. A coordenação do curso elabora um documento com justificativas para manter o curso como está e envia ao MEC novamente os documentos.

Setembro: Reunião de 1h30 entre UFSC e MEC, por telefone. Foram analisadas as justificativas da UFSC e definido que deveriam ser reenviados os documentos com essas justificativas. O reitor Álvaro Prata, então, entra no caso para tentar resolvê-lo.

A coordenadora do Libras, Ronice de Quadros, vai à Brasília para se reunir com os representantes do MEC. Eles solicitam o reenvio dos documentos. A documentação foi entregue em mãos. Duas semanas mais tarde, o Libras foi informado que essa documentação precisaria ser revista. Foram realizadas reuniões por telefone para rediscutir o orçamento.

Outubro: O MEC solicitou uma nova reunião. Os coordenadores dos pólos discutem o caso e reafirmam a necessidade de manter o curso como foi criado.

Segunda intervenção do Reitor e nova reunião com os representantes do MEC.

Terceira intervenção do Reitor e reenvio dos PTAs. O MEC pede um ofício, assinado pelo Reitor, solicitando os repasses.

Novembro: Confirmação do MEC que recebeu o ofício. A coordenação do Libras é informada que a documentação seria analisada e, caso aprovada, seria enviada para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para que o repasse fosse aprovado.

A documentação é enviada ao FNDE e uma parcela – referente ao curso iniciado em 2008 – é liberada no dia 07. No dia 24, as duas parcelas restantes são disponibilizadas.

Produtora de música erudita investe em Santa Catarina e promove espetáculos no Centro de Cultura Integrado (CIC) anualmente. A última apresentação teve seu ensaio aberto aos alunos de escola pública que assistiram à ópera pela primeira vez



Grupo de ópera abre ensaio a crianças

Com figurino inspirado nas histórias em quadrinhos, *O Elixir do Amor* é exibido para alunos de escola pública

Ópera envolve música instrumental, canto, teatro, cenografia, figurinos, literatura, artes plásticas e balé. É um dos espetáculos mais apreciados no mundo inteiro. Começa pela contratação de uma orquestra, passa pela seleção de solistas e do coro, preparo cênico dos artistas, criação do cenário, confecção de figurinos especiais, de época, para um grande elenco e a participação de balé.

Quase mil crianças carentes foram ao Centro Integrado de Cultura (CIC), muitas pela primeira vez, assistir à ópera italiana *O Elixir do Amor*, de Donizetti. O grupo, mantido por uma instituição não governamental sem fins lucrativos chamada Pró-Música, abriu o ensaio gratuitamente às escolas públicas do estado que incentivam a música de alguma maneira.

O Instituto Porta do Sol, de São Francisco do Sul (norte do estado), trouxe 28 crianças de oito a 11 anos para assistirem ao espetáculo. A entidade é financiada por empresas privadas da cidade e oferece aulas de música a crianças carentes, que ganham um violão e estudam teoria musical desde cedo. A viagem à capital foi uma forma de incentivar o gosto pela arte. "Antes, ex-



Durante o espetáculo, as crianças identificavam as roupas de Olívia Palito, Minnie, Pato Donald e Cebolinha, entre outros personagens

plicamos o que é uma ópera: união das artes plásticas, música, teatro e dança", diz Ana Denise, pedagoga do Porta do Sol.

Do bairro Cachoeira do Bom Jesus, em Florianópolis, 12 alunos da Escola Municipal Intendente Arico-

medes da Silva foram ao ensaio. O presidente da Associação de Pais e Amigos (APP) da escola, Luis Netto Soares, foi quem bancou. "Todas as vezes que tem algum evento legal, como a ópera ou a Orquestra Camerata, levo algumas crianças na

esperança de criar uma afinidade entre elas e a música". Ele explica que a região é bastante violenta e uma das maneiras de amenizar isso é ajudá-las a desenvolver alguma habilidade artística fora de aula. "Senão ficam só dançando aquelas

coisas da televisão", diz Soares.

As crianças encheram o teatro e aprenderam que a ópera é o gênero de arte considerado o mais completo. Quem diz é a Pró-Música, responsável por colocar a capital no mapa cultural do país. "Sempre foi bastante trabalhoso porque tivemos que educar o público também. Ninguém sabia que não se podia comer durante a ópera, nem aplaudir quando acaba uma música. Só se aplaude no final", diz a diretora geral de produção, Neyde Coelho.

Este ano, a Pró-Música ao produzir a récita do italiano Gaetano Donizetti resolveu inovar: uma das primeiras decisões foi que o cenário seria todo branco. Outra, depois de algumas conversas, foi que os personagens seriam baseados em histórias em quadrinhos. "A gente queria fazer um algo moderno, sem ser um trabalho de época. E começamos a discutir possibilidades", diz o figurinista, José Alfredo Beirão. "Foi uma pesquisa exaustiva. Procuramos referências em Maurício de Sousa, em gibis dos anos 50, em Pato Donald, Mafalda", conta Beirão.

Thiago Bora

Entidade não-governamental mantém peças com recursos públicos e privados

Há 35 anos, um grupo de empresários de Florianópolis se reuniu para criar uma associação com a missão de realizar concertos de música clássica na cidade. Este grupo, liderado por Darcy Brasiliano dos Santos – que até hoje é presidente da instituição – criou, em outubro de 1973, a Pró-Música. Trata-se de uma entidade não-governamental e sem fins lucrativos que possui 189 associados.

Além do patrocínio de projetos es-

pecíficos, a associação recebe repasse de valores do Funcultural, programa de incentivo à cultura do Governo do Estado de Santa Catarina. O dinheiro da bilheteria também auxilia na sustentação dos projetos da instituição; a ópera *O Elixir do Amor*, lançada em novembro deste ano, tinha o ingresso ao custo de R\$ 50.

Com projetos específicos a cada ano, como a produção de uma grande ópera ou o Festival de Canto Aldo

Baldin (*ver matéria ao lado*), a Pró-Música já produziu 650 espetáculos ao todo, entre orquestras, conjuntos de Câmara, óperas, balés e corais. "Já somos conhecidos no meio artístico como uma verdadeira ONG da cultura", diz o presidente da entidade. "Entendemos que o papel mais importante da associação é o de colocar Florianópolis no mapa cultural do país, oferecendo espetáculos da mais alta qualidade".

Ao ser levantada a questão da existência ou não de um público em Florianópolis para a música erudita, Eliana Portz, a diretora executiva da entidade, explica que sempre houve o público fiel dos associados, mas cresce o número de pagantes nos espetáculos. "Nas récitas do mês de novembro deste ano, todos os ingressos foram vendidos", diz Portz.

Para o ano que vem, a instituição está preparando a ópera *La Bobème*, do compositor Giacomo Puccini, com solistas escolhidos por concurso.

Cantores solistas são selecionados no Festival de Canto Aldo Baldin

Desde 2000, a Pró-Música organiza o concurso que seleciona os solistas para interpretação dos papéis na ópera. O evento acontece durante o Festival de Canto Aldo Baldin, criado em homenagem ao tenor catarinense que fez carreira nos palcos da Europa. Além do concurso, o Festival tem o objetivo de auxiliar na produção anual de uma grande ópera, incentivando cantores catarinenses e desenvolvendo atividades na produção local de cenários, figurinos e adereços.

Através do Festival, pela primeira vez, Florianópolis assistiu a uma ópera completa no Centro Integrado de Cultura (CIC) em 2000: *La Traviata*, cujo elenco foi escolhido por um júri internacional. Para *O Elixir do Amor*, foram selecionados seis solistas, e dos

figurantes, muitos vieram do grupo florianopolitano Polyphonia Korus.

Aldo Baldin

Nascido em Urussanga (sul de Santa Catarina) em 1945, o tenor catarinense possui mais de mil obras entre gravações para as rádios e para redes de televisão na Alemanha, Luxemburgo, Holanda, Itália, Portugal, Espanha, Venezuela e Brasil.

Conquistou importantes prêmios: o "Carmem Gomes" em 1968 e o "Vera Janacopolus" em 1970. Segundo o historiador Décio Andriotti, "em toda a história da música erudita no Brasil, Baldin foi o artista com o maior número de gravações realizadas no exterior, atrás apenas da cantora Bidú Sayão na década de 50". (C.R.)



Neyde Thomas, uma das sopranos mais importantes do país, coordena o aquecimento vocal

Cora Ribeiro

Cronologia

Espectáculos produzidos pela Pró-Música

2000 *La Traviata*, de Verdi

2002 *Madame Butterfly*, de Puccini

2003 *Carmen*, de Georges Bizet

2004 *Cavalleria Rusticana*, de Mascagni

2005 *A Flauta Mágica*, de Mozart

2006 *Rigoletto*, de Verdi

2007 *La Traviata*, de Verdi

2008 *O Elixir do amor*, de Donizetti



A professora de Artes Plásticas da UDESC, Sandra Ramalho, pendurou esta foto, de 1960, na sua parede. O padrão formal das fotografias escolares foi superado por fotógrafos como Lúcia Wirth, que busca a luz natural e a espontaneidade

Estilo de fotografia escolar ressalta memórias do pátio

Ao invés da apresentação séria e rígida das lembranças antigas do colégio, a fotógrafa Lúcia Wirth busca a naturalidade e descontração nas poses; é proibido sorriso amarelo

São quase 21h na casa da família Wirth quando Nando, namorado da primogênita Luana, chama atenção de Lúcia, mãe e fotógrafa. "Tem duas Amandas nessa foto". Luana grita de cima no sobrado que serve de casa e escritório. "É verdade, mãe, confere com a chamada". Depois de duas horas de trabalho, Nando se vê obrigado a deletar uma Amanda e deixar a fotografia da turma do Centro Educacional Menino Jesus (CEMJ) com algum espaço livre. Nas fotos em grupo, quando algum aluno falta, Lúcia bate a foto depois e usa o Photoshop para encaixá-lo na fotografia original da turma. Essa foi a única vez em que deu problema em um encaixe, dos 49 feitos neste ano. Estavam previstos três, mas Lúcia não consegue dizer não às mães dos alunos e acaba aceitando quando elas pedem para encaixar seus filhos na foto.

Este é o primeiro ano em que Lúcia faz os encaixes, mas há três usa a máquina digital – Nikon D70 e D90 (mas a câmera preferida dela ainda é a Pentax analógica). Fotógrafa desde 1991 nos colégios da capital, Lúcia considera que a melhor definição para fotografia é memória. Ela guarda todas as que tirou dos alunos. De vez em quando, aponta para uma, suspira e diz: "nossa, ela está tão grande e ficou tão bonita", como fez ao olhar uma menina ruiva do Pré na década de 1990, ainda. Paradoxalmente, Lúcia não tem um retrato seu no colégio, quando pequena. A mãe perdeu uma caixa cheia em uma mudança. Já as dos filhos – Loïc, o mais novo está na Europa, "vivendo", diz Luana –, ela tem todas. Por causa de uma delas, inclusive, decidiu fotografar em colégios. "Recebi uma foto da Luana, toda despenteada, chorando. E pensei: 'que mal feito, mas é a minha filha, eu tenho que comprar, quero essa lembrança'", conta.

Lúcia bateu na porta de colégios



O escritório de Lúcia é em casa. No detalhe, a foto de Luana que motivou a carreira da mãe

tradicionais de Florianópolis, como o Educandário Imaculada Conceição (EIC) e o Centro Educacional Menino Jesus (CEMJ), e passou a fotografar profissionalmente. No início, fazia lembranças para diversas datas comemorativas, como Dia dos Pais e Dia das Mães, mas hoje só fotografa no fim do ano. Nunca pôde expandir o negócio

para vários outros colégios. "Não tenho uma indústria", diz, comparando seu serviço ao de empresas especializadas em fotografia escolar, tais como a School Picture. A empresa do interior de São Paulo possui escritórios em três capitais e atende a diversas escolas brasileiras. Lúcia fotografa, no máximo, três colégios por ano. Ela, com ajuda da filha

e de Nando, faz o design da embalagem das fotografias, trata no Photoshop, organiza os pedidos dos pais e entrega os kits nos colégios. Mesmo assim, vende mais barato que empresas especializadas. Um kit com 15 fotos e 1 CD com as versões digitais custa R\$ 25. O kit completo com 18 fotos, incluindo a foto em grupo, R\$ 50.

Sorriso espontâneo

"Faço muita mis-en-scène quando entro no colégio. Chego brincando, conversando, agitando para deixar todo mundo no clima das fotografias. Me divirto muito com as crianças", conta Lúcia. A fotógrafa procura fazer tudo diferente de como aprendeu no primeiro trabalho. Lúcia começou na Bélgica, como assistente de fotografia escolar. O padrão era rígido e formal. "A fotógrafa sentava numa cadeira na sala de aula e as crianças entravam uma a uma, sentavam numa outra cadeira, sorriam falso e iam embora", explica.

Quando começou a fotografar no Brasil, Lúcia decidiu mudar o ambiente das fotos: saiu da sala aula e passou a usar instalações externas dos colégios para poder usar a luz natural. O sol é essencial no estilo de Lúcia – e a falta dele atrasou muitas tomadas neste fim de ano. Outra regra que a fotógrafa busca seguir é a espontaneidade. "Não obrigo ninguém a sorrir, tenho que mostrar a personalidade da pessoa", diz. Para sair da formalidade, Lúcia tenta criar situações que deixem as crianças à vontade. Em um ano que decidiu fotografar para o Dia das Mães, montou uma pequena cozinha nos colégios. Uma vasilha cheia de massa de pão convidava os alunos a brincarem. Resultado: farinha por todos os lados e muitos sorrisos espontâneos.

Fernanda Dutra

Fernanda Dutra

Padrão de imagens brasileiro foi mantido por décadas

Não havia tantas opções de fotografia escolar há décadas. Imagens feitas entre 1950 e 1980 seguem um mesmo padrão: aluno sentado diante de uma mesa, livros ao redor, mapa e bandeiras ao fundo. Como hoje, as fotografias eram vendidas aos pais como lembrança. Nostálgica, Eliane Debus, professora, doutora em Linguística e Letras, passou a estudar essas imagens para um ensaio acadêmico. Pediu aos colegas que mandassem as suas e recebeu mais de 30, de Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Bahia.

Em um ensaio publicado no livro "Imagem: intervenção e pesquisa", Debus analisa a representação dos livros no ambiente escolar; a partir dessas fotos. A professora acusa a artificialidade do ambiente. "As pessoas até se surpreendiam quando eu criticava aquela estética, para elas aquilo era uma memória afetiva, somente", observa Debus.

Sandra Ramalho, professora de Artes Plásticas da Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC) e doutora em Semiótica, nunca tinha parado para analisar a foto pendurada na parede: ela, aos sete anos, em 1960, no colégio. "Há uma sensação muito forte de instante parado na vida, no ar", diz. Para Ramalho, o padrão das fotografias escolares não é tanto relacionado ao período político – de 1950 para 1980, de governos populistas ao regime militar – mas principalmente à questão técnica. "As pessoas estão sempre rígidas e isso pode ser pela formalidade do momento, mas também por que você não podia se mover, senão ia borrar", explica.

Não só a fotografia escolar tem um padrão de cenário e pose, mas também a do aniversário de 15 anos e a do casamento. Por nos enquadrarem nos ritos tradicionais da sociedade – tais como vida escolar, religiosa e matrimonial –, as fotografias antigas acabam por refletir nossa persona pública e não a íntima e familiar. "Se você pensar bem, essas imagens sérias são muito destituídas de significado, seguem um padrão. Hoje em dia, as fotos importantes para os meus filhos, por exemplo, são as que tiramos em momentos mais espontâneos, mais significativos", reflete Ramalho. (E.D.)

Lembranças

Do outro lado, o fotografado

Com uma foto de colégio nas mãos, Bruno Filomeno, de 26 anos, tenta lembrar de que ano é a imagem. Félix, a criança à esquerda, é a dica. "Já sei, isso foi no Pré. O Félix chorou um monte no primeiro dia de aula", recorda. Mas Filomeno não lembra qual a data comemorativa que o levou a se apresentar de pescador em uma festa do Educandário Imaculada Conceição (EIC).

Filomeno estudou do maternal à oitava série na mesma escola – naquela época o EIC não tinha Ensino Médio. Ele consegue dizer o nome de quase todos os colegas das fotos de turma. "Nem lembrava da existência de algumas pessoas, mas quando pego a foto, os nomes vão surgindo", conta. Ainda que continue morando em Florianópolis, Filomeno perdeu o contato com quase todos.



Bruno, aos 26 anos, revê suas fotos da Pré-escola. No detalhe, fantasiado com os colegas



As cápsulas mágicas do frei dos duzentos milagres

O franciscano Hugolino Back recebe, por mês, ao menos mil fiéis em busca de cura no seu próprio convento em Santo Amaro da Imperatriz. De quebra, vende fitoterápicos

Chegam 38 pessoas ao Conventinho do Espírito Santo, em Santo Amaro da Imperatriz, à uma da tarde. A excursão de Caxias do Sul (RS) levou sete horas para encontrar a casa do Frei Hugolino Back. Param todos inquietos na secretaria onde o cartaz pede para que as senhas de atendimento sejam retiradas. Eles se enfileiram à espera de um milagre.

Como das 11h às 13h30 o frei almoça, Glaciema Gadini, de 72 anos, espera o recomeço do expediente da Loja Frei Hugolino. Escolhe nove terços que levam a foto do próprio padre, um para cada filho. Glaciema entende de fé. Este é o quinto curandeiro procurado para curar a elefantíase da perna esquerda. "O último foi lá em Porto Alegre, um sensitivo que fazia cirurgia espiritual, mas que não quis me operar. Só me deu uma bênção e disse que em um mês eu tava boa. E olha aqui", mostra, levantando a barra da calça de camurça com a bengala. "Mas não desisto não. Se é pra melhorar, faço qualquer coisa", diz, enquanto espera o troco da compra de R\$45.

Meia hora depois, o bando de senhoras inquietas se divide entre a Loja do Frei Hugolino, o Museu do Frei Hugolino e a capela do Frei Hugolino. Eis que surge o milagreiro. Mireli Lehmhol, formada em curso profissionalizante de massoterapia e ajudante do Frei, avisa que a saúde dele não vai bem. "Hoje não vai ter palestra, só a bênção individual". "Ah, tá, ao menos a bênção então, né", diz, alto, um pouco irritada, Sirlei Velho, de 67 anos. Organizam-se pela senha. "Entrem de quatro em quatro, bolsas e pertences em cima da maca", orienta a ajudante.

Glaciema segura forte o crucifixo pendurado no pescoço. A primeira senha é dela. As paredes da sala estão estampadas com fotos do Frei. Há uma estante cheia de remédios, uma pia, quatro cadeiras ao lado da porta e uma maca encostada na parede, ao lado de uma janela. No centro, duas cadeiras. Sentado, o frei. De pé, Gilda Buch, a ajudante sensitiva.

Outras três pessoas sentam-se nas cadeiras enquanto Glaciema senta de frente para Frei Hugolino, que já segura as mãos dela. A sensitiva fica de pé, atrás, com as palmas sobre sua cabeça.

Depois de ouvir o problema, o frei balbucia palavras mágicas; dez segundos depois lhe indica dois remédios da estante. Na hora, outra ajudante separa

os medicamentos e lança a conta: trinta e quatro reais. Quatorze pelas cápsulas de castanha da Índia e vinte por um líquido misterioso, Kutelak.

"São todos fitoterápicos", apressa-se em justificar Mireli, estudante do curso técnico em enfermagem. Dona Glaciema não hesita e já os tem na bolsa antes mesmo da próxima bênção começar.

Passam-se mais de quinze bênções particulares e o franciscano mostra-se cansado. Olha para as ajudantes, que gritam aos ouvidos senis do milagreiro: "ainda não acabou, Frei". Os próximos são de uma família conhecida. Os Keine atribuem a Hugolino a cura de uma nefrite do caçula. Vinte e cinco anos depois, Márcio — o tal caçula — está sentado de frente para o Frei, no centro da sala.

Ele tinha onze anos quando foi levado pelos pais de Mafra à cidade vizinha Rio Negro, no interior de Santa Catarina. Souberam da visita de um milagreiro no município e resolveram tentar a cura pela fé. Uma infecção nos rins deixou o guri seis meses de cama, em tratamento com antibióticos fortíssimos. "Tava me tratando, sim, mas não me curei por causa disso, não. Foi por causa do Frei. Levei um tempo pra melhorar, assim, completamente, mas melhorei", conta Márcio, que dessa vez fez o pacote massagem terapêutica mais bênção particular e fitoterápicos. "Saí novo", diz, com o óleo Kutelak embaixo do braço.

Findada a bênção particular, mãe e pai do rapaz, hoje com 36, apressam-se em fazer o curandeiro lembrar-se da história. Depois de muito detalharem e insistirem, um Frei abatido e de olhos fechados faz que recorda. "Ah, sim, sim".

Frei Hugolino abre os olhos muito raramente quando fala. Abre quando conta a história de seu primeiro automilagre. O franciscano tinha 50 anos quando teve problemas de coração. "Estava internado em Curitiba, pronto pra morrer, já tinha até recebido uma bênção de um padre, para ir em paz. A cirurgia seria complicada e estava marcada pra manhã seguinte", conta, de olhos arregalados. Durante a noite, pensou na quantidade de pessoas que já tinha curado e se perguntou por que não fazia o mesmo com a sua própria doença.

"Passei a noite toda com as mãos em cima do peito, fazendo imposição e rezando. De manhã, o médico entrou no quarto e disse 'Parabéns, Frei', e



Laura Daudén

O milagreiro distribui bênções para a cura pela fé e remédios para recuperar a saúde do corpo

eu perguntei 'Parabéns por quê? Porque vou morrer?', e ele me respondeu 'Não, porque você está curado, não vai precisar ser operado, olhe seus exames', conta.

Os exames perderam-se, diz o Frei. Assim como o depoimento do médico, que reconheceu o milagre. Frei Hugolino contabiliza duzentos milagres, "comprovados por cartas escritas a punho pelos que o receberam". As provas, por assim dizer, "estão guardadas no arquivo, não tem como pegar, não". Volta a fechar os olhos, falar baixo e repetir mais algumas vezes: "Tá lá no arquivo, lá no arquivo".

Nascido por milagre

Para agradecer Nossa Senhora pela graça alcançada, iam pai, mãe e o recém-nascido a Rancho de Tábuas, na cidade de Angelina (SC), a 70km de Florianópolis. O casal de agricultores levava na charrete o primeiro varão, recém-completados quarenta dias de vida. Um dos cavalos desembestou e, num arremesso, a cabeça de Hugolino foi parar

embaixo da pata do animal. Morreu.

Quando era velado, um tio mais crente o pegou pelos braços e gritou três vezes: vive! Vive! Vive! Ele viveu. O prodígio já contava dois milagres em menos de dois meses de vida. Hoje, já são mais de 200.

Os milagres começaram quando Hugolino conheceu o Monsenhor (título honorário concedido a sacerdotes na igreja católica) Arlindo Mombael, que ministrava o curso "Método Silva Mind Control" pelo país. Depois de ter ensinado o método a mais de cem mil pessoas, Mombael disse ter encontrado o prometido. "Se eu tivesse dado esse curso somente ao Frei Hugolino, me sentiria infinitamente recompensado, pelo imenso bem que este homem vem fazendo a milhares de pessoas", escreveu, há trinta e um anos, ao fim do curso do qual Hugolino participou. "Foi por causa dele que descobri minha parapsicologia".

Felipe Santana com reportagem de
Manuela Franceschini

Receita de remédios movimenta R\$ 30 mil por mês

Rita Maria quer seu milagre. O problema é o peso. "Tento emagrecer e não consigo, Frei, não tem jeito. Tenho pressão alta e quero ficar bonita, né. Que o senhor me abençoe, abençoe a minha família e me faça emagrecer", pede. Rita tem 83kg. Quer perder "5 ou 6, por aí. Agora vai". Bênção dada, Slim Lady Emagrecedor receitado. Dezoito reais pagos com fé. Todo fiel, sem exceção, leva um complemento fitoterápico para o milagre.

Os remédios da farmácia do frei custam de quinze a vinte reais. Ginkgo biloba para melhorar a memória, óleo de alho para hipertensão ou colesterol alto, dois ou três emagrecedores, complementos alimentares, pólen e estigma de milho para problemas renais, Kardio Stress Plus para quem sofre de problemas no coração e o multiuso Elixir Flora Kutelak — aparentemente o coringa das bênções — para todo e qualquer problema, embora leia-se no rótulo "óleo para queimaduras, cortes, picadas de insetos e ferimentos".

De fiel em fiel, o Conventinho Espírito Santo, de propriedade do Frei Hugolino, movimenta R\$30 mil por mês, diz cochichado uma das sete funcionárias.

"É pra ganhar dinheiro", diz categoricamente o milagreiro. As justificativas são os impostos altos e a manutenção do convento — água, luz, telefone e salário das funcionárias. "Mas a gente sabe que remédio pode receitar sim, a gente aprende", interrompe Mireli. "Começamos a vender esses remédios pra pagar as contas. E mal não faz, né? São de ervas, naturais."

O responsável pelos remédios que vêm de laboratórios do estado do Espírito Santo é o Frei Luís Tuigo, farmacêutico. Mas na hora da escolha do fitoterápico, todos dão palpites. "Às vezes, o Frei indica algum remédio que a gente acha que não é o certo ou não é necessário e a gente fala 'não, Frei, esse não'", diz Sabrina, que cursa enfermagem. (E.S. e M.E.)

Laura Daudén



Venda de fitoterápicos movimenta convento

Florianópolis, dezembro de 2008



Depois da tempestade

Uma semana após o início da tragédia em Santa Catarina, **ZERO** visitou moradores da cidade de Itajaí, no norte do estado, uma das mais atingidas pelas chuvas.

Fotos: Henrique Silveira
Texto: Amanda Busato



Ilhados

O primeiro dia de sol encheu de esperanças as comunidades que continuavam submersas nas águas da enchente. As marcas nas paredes das casas revelam que nem mesmo os locais mais altos da cidade, como o bairro Planalto, foram poupados pela natureza.

Fome

A partir do oitavo dia após as águas deixarem 11 mil pessoas desabrigadas e 30 mil desalojadas, a prefeitura da cidade, a exemplo dos voluntários, começa a entregar os alimentos arrecadados nas casas das famílias isoladas e não só nos postos de distribuição.

Reconstrução

Os moradores atingidos pelas cheias estão retornando para suas casas e contabilizando os prejuízos. Na mesma situação, os comerciantes que perderam suas mercadorias, pela chuva ou pelos saques, ajudam a aumentar a quantidade de entulhos nas calçadas.



ZERO